PANTANAL A CRISE CLIMÁTICA ANTECIPA A ESTIAGEM E AGRAVA AS QUEIMADAS, QUE DEVASTARAM 10% DO BIOMA DESDE O INÍCIO DO ANO

ROTA DA SEDA EM EVENTO PROMOVIDO POR *CARTACAPITAL*, LULA SINALIZA A ADESÃO DO BRASIL AO MEGAPROJETO DE DESENVOLVIMENTO LIDERADO PELA CHINA

CartaCapital

CartaCapital 30 ANOS

ENSAIO PARA 2026

LULA E BOLSONARO APOSTAM NA POLARIZAÇÃO E BUSCAM REFORÇAR PALANQUES PARA O FUTURO

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1324
R$ 31,90
21 DE AGOSTO DE 2024
01324
9 771809 669002
basset editora

Clube de Revistas
LIGADOS
PELOS
DIREITOS
DE TODOS

Clube da Revistas
28 DE AGOSTO
DIA DO BANCÁRIO
FENAE
APCEF
LIGADOS PELOS
DIREITOS DE TODOS
Em agosto, mês em que celebramos o Dia do Bancário, a Fenae homenageia todos os trabalhadores que dedicam suas vidas à prestação de serviços essenciais para a população, garantindo acesso a um sistema financeiro mais justo e eficiente.
Destacamos especialmente as empregadas e os empregados da Caixa, que enfrentam desafios diários para promover o desenvolvimento social e econômico do país.
Reconhecemos suas lutas e conquistas históricas, essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.
Agradecemos pelo compromisso e pela dedicação de cada trabalhador bancário, alicerces imprescindíveis no progresso do país.
FENAE
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Aponte a câmera
do seu celular para
o QR Code e conheça a Fenae.

CartaCapital
Tudo que importa para quem se importa

21 DE AGOSTO DE 2024 • ANO XXX • Nº 1324

O presidente participou de fórum que também celebra os 30 anos de *CartaCapital*. Pág. 38

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto, Evaristo Sá/AFP e Ricardo Stuckert/PR

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC E DARYAN DORNELLES

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

O QUE IMPORTA, HÁ 30 ANOS

Parabéns, *CartaCapital*, pelos 30 anos de bom jornalismo e pelo compromisso com um Brasil melhor e mais justo. Tenho orgulho em ser um leitor fiel. Sempre considerei exemplar a cobertura da revista nos assuntos domésticos, uma verdadeira lição para o restante da mídia. Sem a intenção de manchar os festejos das três décadas de glória, só lanço um desafio nesta era de globalização e desvario na geopolítica: uma atenção com a cobertura internacional e em relação ao maldisfarçado viés eurocêntrico, a impulsionar o feroz americanismo em desespero pelo inexorável avanço da nova ordem mundial. O Brasil é parte importante nesse processo e mais que nunca precisamos de fonte limpa na área. Um abraço para Mino Carta e sua valorosa equipe.
Gilson Duarte F. dos Santos

O texto menciona uma época em que "os leitores esperavam, ávidos, a chegada das revistas semanais nas bancas ou na porta de casa". Mas eu, Mino, esperava com ansiedade apenas a chegada de *CartaCapital*, o que continuo a fazer até hoje. A revista segue viva e cada vez mais destemida, cumpre o honroso e dignificante papel que deveria ser de todos – imprensa, sociedade, instituições e políticos – apontando o dedo para as mazelas que nos afligem e, principalmente, cobrando medidas sérias e eficazes para eliminá-las. Parabéns, Mino. Enquanto houver homens, cidadãos e jornalistas como você, podemos agasalhar a esperança de dias melhores, de uma pátria igualmente acolhedora e generosa para todos os seus filhos.
Elisabeto Ribeiro Gonçalves

A VENEZUELA CONTRA O IMPÉRIO

O que importa é o melhor para a Venezuela, não o melhor para Maduro ou para a oposição, mas como saber o que é o melhor para o povo venezuelano? Talvez uma maneira de encontrar a resposta seja com outra pergunta: o que é o melhor para os EUA e seus satélites? Quando Saddam Hussein era útil aos interesses norte-americanos, o ditador iraquiano era amiguinho do governo ianque. Com mudanças nos seus interesses, a mídia promoveu o milagre das Bodas de Caná ao avesso: provou que o vinho de Saddam era agora água, e suja. Voltemos, então, à questão: é possível, historicamente, compatibilizar para onde se voltam os interesses norte-americanos com os verdadeiros interesses dos nossos vizinhos? Fazer torcida contra Maduro ou contra a oposição é por demais simplório e contraproducente a um desfecho de paz e aos reais interesses da Venezuela.
Williams Costa Cantanhede

TODOS CONTRA PAES

O atual prefeito do Rio de Janeiro parece consolidado nas pesquisas, mas em política tudo é possível. Se tiver o apoio explícito do presidente Lula, suas chances aumentarão. Caso Lula fique de espectador, só dependerá de si mesmo e das alianças que poderá fazer para manter-se na liderança sem ameaças. A esquerda no Rio é um tanto confusa, sair com um candidato próprio é temerário. O que importa é conversar e mostrar as melhores propostas no campo social e que sejam factíveis e não fiquem somente na garganta e nas promessas vazias. Faz tempo que a esquerda não governa o Rio de Janeiro, tanto na capital quanto no estado. O bolsonarismo ainda tem força e precisa ser derrotado.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

Vai fazer falta

Ninguém seria capaz de negar que, em qualquer assunto econômico, Delfim Netto era uma fonte impecável

O tempo, no seu irrefreável galope, carrega lembranças muito antigas da minha época de diretor do *Jornal da Tarde*. Houvesse uma questão relacionada com a economia do País, o recurso ao professor Delfim Netto era inescapável e não pairavam dúvidas a respeito, pois ninguém seria capaz de negar que a fonte era impecável. Logo a fama superou qualquer obstáculo e o professor Antônio Delfim Netto foi chamado para comandar a pasta da Economia no governo de Laudo Natel.

A personagem tomou conta do palco e o professor Delfim ganhou rapidamente uma dimensão federal. Foi assim que a fama do taumaturgo da economia espalhou-se por todo canto. Eu quis logo conhecer a figura e daí nasceu uma boa amizade de conversas francas e até desabridas. Os senhores do poder não tinham o menor apreço pela minha pessoa, mas a amizade com o professor era mais forte do que outros obstáculos e assim trocávamos ideias em uma atmosfera sempre amena, a despeito da minha má fama junto aos ditadores.

Ao longo da minha carreira jornalística, consegui introduzir Delfim Netto até nas conversas com aqueles que já apareciam no horizonte, as lideranças políticas mais fortes naquele tempo. Havia ditadores que me detestavam, em primeiro lugar Ernesto Geisel, e, francamente, não sei até que ponto a minha relação com o professor Delfim contribuía para este específico desentendimento. Ao visitar Paris em certa ocasião, fui ao encontro de Delfim Netto, que Geisel havia remetido para a embaixada na França. No almoço que me ofereceu, ele acenou à tensão com o então ditador, mas nada disso impediu boas risadas com as observações que éramos capazes de produzir a respeito dos figurões.

Não havia obstáculos à nossa amizade, nem mesmo a minha má fama junto aos ditadores. À esquerda, Roberto Campos

ARQUIVO PESSOAL

Havia entre nós uma liberdade de expressão absoluta, a me permitir uma clara exposição das debilidades mentais de Roberto Civita, aquele que se esmeraria na demolição do trabalho paterno, um empresário na acepção mais clássica, a despeito da presença ao seu lado do quinta-coluna irresponsável, o já citado Roberto, incapaz de frear a sua prosopopeia. Delfim, lá pelas tantas, confessou que teria apreciado tornar-se governador de São Paulo, baseado, inclusive, na edição de um jornal diário habilitado a sustentar a sua candidatura, e me solicitou um estudo a respeito.

Várias foram as iniciativas tomadas para aproximar Delfim de Lula. Por um longo tempo, fizemos reuniões conjuntas talvez surpreendentes para quem não imagina a capacidade de um e outro de manterem certa ironia. Sem contar a qualidade das conversas que a partir daí se davam com razoável frequência no Instituto Lula, no bairro do Ipiranga, com a participação obrigatória do professor Luiz Gonzaga Belluzzo. A secretária Cláudia, solerte e afetuosa, cuidava de um almoço sempre muito prazeroso, destinado a favorecer a amizade consolidada cada vez mais profundamente.

Para um além de conversas estelares talvez tenham levado o professor Delfim Netto a meditar sobre erros e acertos que a vida lhe propiciou. De todo modo, sei que ele vai fazer falta. •

O acidente matou 58 passageiros e quatro tripulantes

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP

Aviação/ Em queda livre

Relatório preliminar do desastre aéreo da Voepass sai em 30 dias

O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) prevê entregar em 30 dias o relatório preliminar sobre a queda de um avião com 62 ocupantes em Vinhedo, no interior de São Paulo. A fase inicial da investigação foi finalizada na segunda-feira 12, com a coleta de peças no local da tragédia, entre elas as caixas-pretas da aeronave.

Operado pela Voepass, o avião saiu de Cascavel, no Paraná, com destino ao Aeroporto de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, com 58 passageiros e quatro tripulantes, todos mortos na queda do aparelho. Imagens captadas por testemunhas mostram o turboélice ATR 72-500 em queda livre até atingir o solo, em um movimento conhecido como "parafuso chato", a indicar perda de sustentação em pleno voo. Uma das hipóteses levantadas é de que a asa da aeronave possa ter congelado e causado o acidente.

O material coletado está sendo analisado nos laboratórios do Cenipa, em Brasília, e vai subsidiar a produção de um relatório final. O documento deve apontar alguns fatores que podem ter contribuído para o acidente e fazer recomendações ao setor aéreo brasileiro para evitar novas tragédias, mas não deverá apontar os responsáveis pelo acidente, função que fica a cargo das polícias Civil e Federal, que estão fazendo investigações paralelas.

Segundo um laudo do Instituto Médico Legal de São Paulo, as vítimas morreram por politraumatismo no momento do impacto no solo. O avião perdeu mais de 3 mil metros de altitude em apenas um minuto. Até o fechamento desta edição, ao menos 56 corpos haviam sido identificados e liberados. Aviões da Força Aérea foram mobilizados para transportar os corpos das vítimas às cidades de origem. O Ministério Público paulista também criou uma força-tarefa para auxiliar nas investigações. O objetivo é apurar as circunstâncias do acidente, visando a responsabilização civil e criminal de quem possa ter contribuído para a tragédia.

A despedida de um destemido

Athos Pereira, um dos fundadores do PT e quadro histórico da esquerda brasileira, faleceu na terça-feira 17, em Brasília, aos 77 anos, vítima de câncer. Jornalista e militante político, ele integrou, nos anos 1960, a Ação Libertadora Nacional, organização de luta armada contra a ditadura. Perseguido pelo regime militar, viveu períodos de exílio no Chile, no México e na Bélgica. Retornou ao Brasil no início dos anos 1980, após a aprovação da Lei da Anistia. Pereira integrou a Executiva Nacional do PT e foi presidente do Diretório Regional do partido em Goiás, no fim dos anos 1980. Servidor da Câmara dos Deputados nos anos 1990, assessorou vários parlamentares, como Jaques Wagner e Luiz Gushiken. Em nota, Lula lamentou a morte do companheiro de lutas e acrescentou que ele "deixa um legado de trabalho incansável por um país melhor e mais justo".

A Semana

Errinho de 22 milhões

Candidato à prefeitura de São Paulo, o influenciador bolsonarista Pablo Marçal minimizou a revelação de que omitiu ao menos 22 milhões de reais do seu patrimônio na declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral. Segundo o *coach*, a omissão milionária não passaria de "um erro simples", causado por um problema de digitação. "Coisa de contador", resumiu o candidato. De acordo com o portal UOL, o primeiro a revelar esse insignificante lapso contábil, Marçal esqueceu-se de incluir uma empresa e declarou outras duas por valores menores dos que os registrados na Receita Federal. Ele informou à Justiça possuir um patrimônio de 193,5 milhões de reais. Com os valores omitidos, o total de bens passaria de 215 milhões.

Educação/ Meio cheio, meio vazio

Somente os anos iniciais do ensino fundamental atingiram a meta do Ideb

Divulgados pelo Ministério da Educação na quarta-feira 14, os números do Índice Nacional de Educação Básica (Ideb) 2023 trazem uma boa notícia e acendem um sinal de alerta. Começando pelos louros, melhorou a qualidade de ensino no primeiro ciclo do ensino fundamental. No 1º ao 5º ano, a nota média foi de 6 pontos, meta estipulada para 2021, mas que, por causa da pandemia de Covid-19, foi postergada para este ano.

Os resultados nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio ficaram, porém, aquém do previsto. Do 6º ao 9º ano do fundamental, o objetivo era alcançar 5,5 pontos, mas a nota ficou em 5 pontos. No ensino médio, os 4,3 pontos obtidos neste ano também ficaram abaixo dos 5,2 projetados. Mesmo assim, o ministro da Educação, Camilo Santana, viu motivos para celebrar: "Alcançamos as metas dos anos iniciais do ensino fundamental, precisamos comemorar isso", ressaltou, durante a apresentação dos números. O Ideb varia numa escala de 0 a 10, é calculado a cada dois anos e analisa a qualidade tanto da educação pública quanto da privada.

O índice mede a qualidade do ensino no Brasil

Congresso/ FIM DA FARRA?

STF SUSPENDE EMENDAS IMPOSITIVAS POR FALTA DE TRANSPARÊNCIA

A decisão de Dino será analisada no plenário virtual do Supremo

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, mandou suspender, na quarta-feira 14, a execução de todas as emendas impositivas apresentadas por deputados e senadores até que o Congresso estabeleça regras de transparência sobre a aplicação dos recursos. No despacho, o magistrado poupou apenas os valores destinados para obras em andamento ou para ações em municípios em situação de calamidade pública.

As emendas impositivas são aquelas que o governo federal tem obrigação de pagar. Para este ano, a previsão é de que o Executivo tenha de enviar aos redutos eleitorais dos congressistas ao menos 33 bilhões de reais. "É uma grave anomalia que tenhamos um sistema presidencialista, oriundo do voto popular, convivendo com a figura de parlamentares que ordenam despesas discricionárias como se autoridades administrativas fossem", observou o ministro. Dino ressaltou ainda que o "equivocado desenho prático" das emendas impositivas gerou a "parlamentarização das despesas públicas". A decisão será analisada pelo plenário virtual da Corte.

Os ucranianos chegaram a Kursk, no sudoeste da Rússia

Europa/ O dia da caça

Ucrânia invade território russo e obriga Putin a redistribuir tropas

Enquanto o mundo – e talvez o comando militar russo – assistia aos últimos dias das Olimpíadas, tropas ucranianas invadiram o território de Kursk, no sudoeste da Rússia. Foi um novo e surpreendente capítulo do conflito iniciado há dois anos e meio, desde que Vladimir Putin determinou a invasão da Ucrânia em resposta à intenção manifestada pelo país vizinho de aderir à Otan, a aliança militar do Ocidente, o que contrariaria um acerto diplomático feito pela Rússia com os EUA à época dos acordos de desnuclearização após o fim da Guerra Fria.

Analistas internacionais enxergam na manobra ordenada pelo presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, uma maneira de fazer com que parte das tropas russas concentradas em território ucraniano tenham de ser deslocadas para defender Kursk, fato que aliviará a presença do inimigo em outras regiões como Kharkiv e Kiev: "A guerra está voltando para casa", disse Zelensky, em pronunciamento na segunda-feira 12. Já o Ministério da Defesa da Rússia informa que, desde o início da contraofensiva, Kiev perdeu mais de 2 mil militares e 340 veículos, além de quatro sistemas de mísseis antiaéreos, dois lançadores de foguetes e 14 peças de artilharia.

Ameaça nuclear

O temor de que o Irã inicie nos próximos dias "uma série de grandes ataques" contra Israel em retaliação ao assassinato em solo iraniano do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, fez com que o governo dos EUA enviasse ao Oriente Médio o submarino Georgia, capaz de disparar mísseis nucleares. Na segunda-feira 12, o presidente Joe Biden e os líderes de Alemanha, França, Itália e Reino Unido reforçaram as ameaças em comunicado conjunto que exorta o Irã a "renunciar às intenções de ataque", que traria "sérias consequências para a segurança regional".

Venezuela/ SEGUNDO TURNO

DIPLOMACIA BRASILEIRA SUGERE NOVA VOTAÇÃO PARA DEFINIR PRESIDENTE

Três semanas após a proclamada reeleição de Nicolás Maduro e do início de mais uma grave crise política na Venezuela, a diplomacia brasileira tenta uma última cartada para solucionar o impasse no país vizinho. A ideia, ousada, é convencer Maduro a realizar uma nova eleição, que funcionaria como uma espécie de segundo turno, contra o candidato de direita Edmundo González, segundo colocado nas eleições de 28 de julho.

De acordo com o ex-chanceler Celso Amorim, hoje assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, a proposta é embrionária e ainda será desenvolvida com a participação dos governos de México e Colômbia, países que também integram o grupo diplomático encarregado de negociar com o presidente venezuelano.

As chances de a proposta prosperar dependerão exclusivamente de Maduro, mas o grupo perdeu força após o recuo do presidente mexicano, Manuel López Obrador, já em fase de transição para o governo de Claudia Sheinbaum. A sucessora eleita, que assume em 1º de outubro, foi categórica ao declarar que a Venezuela "não é problema do México".

Difícil será convencer Maduro a topar um novo escrutínio

FEDERICO PARRA/AFP, ROSINEI COUTINHO/STF, GEOVANA ALBUQUERQUE/AGÊNCIA BRASÍLIA E ROMAN PILIPEY/AFP

DUELO DE PADRINHOS

LULA E BOLSONARO MEDEM FORÇAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, VISTAS COMO ESTRATÉGICAS PARA FORTALECER OS PALANQUES EM 2026

por MAURÍCIO THUSWOHL

Em geral, campanhas eleitorais municipais privilegiam o debate sobre questões concretas locais em detrimento da discussão sobre temas mais ideológicos e nacionais, reservados às disputas para o Congresso Nacional e a Presidência da República. Convictos de que este ano será diferente, os dois principais personagens da polarização política que se instalou no Brasil desde a eleição de 2018 adotaram estratégias para marcar presença naquela que promete ser a campanha municipal mais nacionalizada desde o fim da ditadura.

À esquerda do tabuleiro de xadrez eleitoral, o presidente Lula aposta em alianças que reforcem a frente ampla em defesa da democracia, vitoriosa em 2022 e que deseja ver repetida em 2026, e percorrerá o País para dar visibilidade às principais obras e projetos de seu governo. No lado oposto, o ex-presidente Jair Bolsonaro joga suas fichas em candidaturas que aprofundem a "guerra cultural" que baliza o discurso de costumes antiesquerdista e explorem as pautas ligadas à segurança pública, tema sensível junto ao eleitorado, sobretudo nas grandes cidades.

MAURO PIMENTEL/AFP E REDES SOCIAIS/ COLETIVO EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR

Em São Paulo, o presidente embala a campanha de Boulos. No Rio de Janeiro, o capitão sua a camisa para levar Ramagem ao segundo turno

Em reunião no sábado 10 com a presença de 160 candidatos a prefeito de diversos partidos, Lula, além de tirar fotos e gravar vídeos, comunicou a estratégia de concentrar sua presença em lugares onde haja chance mais clara de vitória. As exceções serão as cidades emblemáticas que tenham candidato do PT em busca de chegar ao segundo turno, casos, por exemplo, de Porto Alegre e Belo Horizonte. Já Bolsonaro, embora nos últimos dias venha colecionando atritos com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, por conta de divergências na formação de palanques em alguns municípios, reiterou em reunião com a direção da legenda a meta de eleger ao menos mil prefeitos em todo o Brasil. A ideia do ex-capitão, mesmo inelegível, é marcar presença na campanha para aumentar o espectro bolsonarista, sobretudo no Nordeste, de olho nas eleições de 2026.

Às vezes, a presença do padrinho ajuda, noutras atrapalha. É o caso de São Paulo, onde, segundo uma pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política, a associação ao nome de Bolsonaro atrapalha o candidato à reeleição Ricardo Nunes, do MDB, no provável segundo turno. O prefeito cai de 43% para 38% quando identificado como candidato bolsonarista. Já a associação com Lula favorece o candidato do PSOL, Guilherme Boulos, que cresce de 36% para 46% quando identificado como candidato do líder petista. Curiosamente, o oposto acontece no Rio de Janeiro, onde a associação com Lula, segundo uma pesquisa da Quaest, faz o prefeito Eduardo

Paes, do PSD, cair de 49% para 46%. Já a associação com Bolsonaro faz o candidato Alexandre Ramagem, do PL, pular de 13% para 30% na preferência do eleitorado.

"Lula pode atrapalhar Paes em alguma medida, mas Paes é um candidato sobejamente conhecido no Rio. Não é muita gente que vai deixar de votar no Paes porque ele tem o apoio do presidente", pondera o cientista político Cláudio Couto, professor da FGV de São Paulo. O caso de Ramagem é outro: "É um candidato muito pouco conhecido e que está lá embaixo nas pesquisas. O mero fato de ser associado a Bolsonaro faz com que eleitores bolsonaristas que não o conhecem possam manifestar intenção de voto. Não tem como ele não crescer de um patamar tão baixo".

Já a situação de Nunes, acrescenta o especialista, é parecida com a de Paes, mas não na mesma intensidade. "O prefeito de São Paulo também já é muito conhecido, inclusive pelos eleitores bolsonaristas, mas não tem chances de se eleger no primeiro turno, como é o caso de Paes. Na etapa decisiva, o apoio do ex-presidente pode mais afugentar do que atrair eleitores." Couto diz que é preciso ver o quanto cada candidato tem de espaço para crescer e considerar como esses apadrinhamentos podem refletir sobre eles: "E aí, claro, entram também as características de cada cidade. Bolsonaro perdeu a eleição na cidade de São Paulo. Não foi a mesma coisa no Rio de Janeiro. Há circunstâncias distintas que conferem um peso diferente nesses apadrinhamentos".

Em algumas importantes capitais, Lula e Bolsonaro poderão testar de forma mais direta sua capacidade de alavancar candidaturas. Na embolada disputa na capital mineira, o PT aposta em Rogério Correia, que aparece com 7% das intenções de voto na mais recente pesquisa da Quaest, e o PL em Bruno Engler, que registra 12%. Para Correia, vincular sua candidatura a Lula tem dois objetivos essenciais: "O primeiro é demonstrar o nosso campo político, que prega desenvolvimento econômico e social, divisão de rendas, enfim, um Brasil mais justo, igualitário, democrático, humanista. O segundo é vincular as oportunidades de Belo Horizonte avançar tendo à frente um prefeito que conhece o governo e tem uma relação excelente tanto com o presidente quanto com os ministros".

O candidato petista, que terá a companhia de Lula em um comício no pontapé inicial da campanha eleitoral, aposta no crescimento tanto da esquerda quanto da direita: "Uma grande parte do eleitorado ainda não sabe quem é o candidato do Lula, então afirmar isso permanentemente é uma estratégia que temos". Correia avalia que a campanha eleitoral em BH terá predileção por assuntos municipais, mas não vai ignorar a polarização nacional. "Os adeptos do projeto bolsonarista já estão migrando para o candidato Engler, assim como os que têm mais afinidade com Lula estão vindo e virão cada vez mais para a minha candidatura. Grande parcela do eleitorado mobiliza-se também pelos temas nacionais, que nós não deixaremos de tratar durante a campanha municipal."

JANJA E MICHELLE BOLSONARO DEVEM MARCAR PRESENÇA NOS PALANQUES DE VÁRIAS CAPITAIS

As primeiras-damas, a atual e a ex, terão papel de destaque. Em BH, Rogério Correia, do PT, e Bruno Engler, do PL, investem na polarização. É a mesma aposta do petsita Evandro Leitão e do bolsonarista André Fernandes em Fortaleza

Outra disputa direta se dará em Fortaleza, onde o candidato do PT, Evandro Leitão, que aparece com 21% das intenções de voto em uma pesquisa do RealTime Big Data divulgada na quarta-feira 14, pode enfrentar no segundo turno o candidato do PL, André Fernandes (15%), ou o também bolsonarista Capitão Wagner, do União Brasil, que registra 24%: "As eleições municipais tratam, sobretudo, de questões locais, mas isso não significa que em uma parte da população esse discurso nacionalizado da polarização não repercuta", observa Monalisa Torres, analista política e professora da Universidade Estadual do Ceará. Algumas candidaturas estão apostando nisso: "Fernandes, que é bolsonarista, entra como um nome competitivo na disputa e tem levantado o discurso de polarização. Ataca outros candidatos, mas principalmente o candidato do PT, fazendo essa relação com Lula, levantando fortemente esse discurso mais ideologizado. O PL aposta nas eleições proporcionais com vistas a fortalecer alguns nomes para as eleições de 2026".

Bolsonaro, acrescenta Torres, é "um trampolim, a partir do qual Fernandes tenta alçar voos maiores" na disputa em Fortaleza. "Por isso, tem se esforçado pa-

REDES SOCIAIS, REDES SOCIAIS/PARTIDO LIBERAL E RICARDO STICKERT/PR

ra emular essa polarização, inclusive no embate que trava pontualmente com o outro candidato da direita, que é Capitão Wagner." Apesar de ter um *recall* elevado – perdeu a última eleição para prefeito por apenas 3% dos votos no segundo turno –, Wagner enfrenta um problema que vem se tornando cada vez mais comum neste início de campanha para alguns candidatos da direita: "Ele tem sido tachado como traidor porque não incorporou todo esse viés ideológico, toda essa agenda bolsonarista que o Fernandes encarna". Para a especialista, o Ceará é um exemplo da estratégia do PL em todo o Nordeste: "Alguns candidatos do PL têm sofrido. Os que são mais pragmáticos foram engolidos, em alguns casos, pelos ideológicos".

O Nordeste terá atenção especial tanto de Lula quanto de Bolsonaro. A direita bolsonarista tentará crescer e se capilarizar, muitas vezes enfrentando para isso políticos tradicionais do Centrão. Já a esquerda procurará restabelecer na região o amplo domínio eleitoral do qual um dia gozou. "Bolsonaro tem obsessão pelo Nordeste, sonha em reverter o apoio massivo que Lula tem na região. Do ponto de vista ideológico, a presença dele tem o objetivo muito claro de ampliar o capital político bolsonarista na região. No caso de Lula, é reafirmar o eleitorado que o PT tem. A presença de Lula, mesmo que indireta, virá no sentido de manter e ampliar o eleitorado do Nordeste, já pensando no cenário de 2026", avalia Luciana Santana, cientista política e professora da Universidade Federal de Alagoas.

Santana diz que a estratégia de nacionalizar as eleições municipais possivelmente será adotada nas maiores capitais nordestinas, como Fortaleza, Recife e Salvador: "Porém, acho que questões locais sempre vão sobressair. Vai depender de cada um dos cenários, de como está a situação da segurança pública em cada uma dessas capitais, se são cida-

des mais conservadoras ou não. No caso de Maceió, por exemplo, a força da Igreja conta muito para a estratégia bolsonarista de tentar ampliar seu eleitorado. Em outros casos, como Recife, é muito difícil essa penetração bolsonarista, mesmo que candidaturas conservadoras tentem emplacar temas nacionais".

Para Cláudio Couto, existe uma percepção generalizada nas grandes cidades de que há um problema na área de segurança pública, e aí o bolsonarismo pode ter vantagem competitiva. "Se há uma preocupação grande com segurança em vários lugares, ainda que esse não seja um tema prioritariamente municipal, você pode ter candidatos com discursos duros nessa área, o que sempre acaba tendo um apelo demagógico forte, beneficiando os candidatos da extrema-direita. É mais difícil para a esquerda capitalizar votos quando a segurança se torna um tema muito candente." Quanto à estratégia de Lula de divulgar as obras do governo pelo País, Couto diz que não basta: "Não é isso que vai determinar o voto do eleitor. Claro que em certos municípios pode funcionar. Em algum lugar que tenha uma grande obra federal, algo com muito impacto, aí sim pode ser um pouco mais efetiva essa estratégia".

O petista Humberto Costa ressalta a importância de eleger vereadores. Valdemar Costa Neto coleciona atritos com o capitão

LULA COSTURA AMPLAS ALIANÇAS NO CAMPO DEMOCRÁTICO. BOLSONARO QUER ELEGER MIL PREFEITOS COM SUA "GUERRA CULTURAL"

Outro trunfo de Lula e Bolsonaro será a participação, respectivamente, de Janja e Michelle Bolsonaro durante a campanha. O PL já elaborou uma agenda para que a ex-primeira-dama suba pelo menos uma vez no palanque dos principais candidatos do partido em todo o País, além de agendar a gravação de vídeos de apoio para 2 mil candidatos. Por sua vez, Janja fez chegar ao coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral do PT, senador Humberto Costa, sua intenção de subir nos palanques petistas, sobretudo onde forem mulheres candidatas à prefeitura, casos, por exemplo, de Maria do Rosário em Porto Alegre e de Natália Bonavides em Natal.

"É interessante notar todo esse protagonismo das primeiras-damas, porque, se olharmos para o passado, Marisa Letícia, Neuza Brizola ou mesmo Ruth Cardoso, embora notáveis, eram figuras apagadas diante de seus companheiros. Da Michelle Bolsonaro para cá, criou-se essa característica de a primeira-dama ter uma intervenção fortemente política. A resposta do campo progressista foi a Janja, que já vinha de uma militância política, coisa que não existia na Michelle", comenta Luiz Eduardo Motta, diretor do Laboratório de Estudos sobre Estado e Ideologia da UFRJ.

Para Couto, a participação das primeiras-damas tende a ter um efeito marginal. Algumas pesquisas recentes, diz, mostram que Michelle tem um impacto maior: "Primeiro, porque sua figura foi muito mais explorada pelo bolsonarismo. Ela dirige o PL Mulher, teve quatro anos aparecendo bastante como primeira-dama, tem aquele discurso ideológico religioso muito forte". Embora Janja não seja uma primeira-dama de perfil apagado, no caso de Michelle existe todo um trabalho de promoção até como eventual candidata à Presidência da República, avalia. "Não tem nada disso no caso da Janja, pelo menos por enquanto. Então, acredito que Michelle talvez seja uma aposta mais bem-sucedida. Claro que Janja será útil. Ela, de certa maneira, será a representante de Lula em certos eventos."

Em recente entrevista ao jornal *O Globo*, Humberto Costa assegurou que o PT vai aumentar significativamente o número de prefeitos, mas não revelou qual é a meta. Em vez disso, enfatizou ter a preocupação de também ampliar a base de vereadores, até porque estudos encomendados pelo partido indicam que eles podem exercer maior influência na eleição para o Congresso Nacional daqui a dois anos. "Em 2020, elegemos 2.663 vereadores, agora temos 3.166. Vamos ampliar esse número na eleição, o que dará capilaridade ao partido para influenciar na eleição de deputado." •

REDES SOCIAIS/PT NA CÂMARA E BETO BARATA/PARTIDO LIBERAL

MARJORIE MARONA
Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*

Antídoto na dose certa

▶ A Justiça Eleitoral tem boas razões para propor mecanismos de proteção mais rígidos contra a desinformação, mas é preciso refletir sobre os limites do poder estatal*

As democracias enfrentam ameaças crescentes e as eleições são vistas como cruciais para superar esses desafios ou para se revitalizarem após retrocessos. Nesse contexto, a proteção das eleições torna-se cada vez mais urgente, sendo definida como os esforços para prevenir, resistir ou se recuperar de eventos que possam comprometer a integridade dos processos e resultados eleitorais. Essa atuação deve garantir o respeito aos princípios democráticos do sufrágio universal, igualdade política e uma administração profissional, imparcial e transparente ao longo de todo o ciclo.

Para enfrentar os desafios contemporâneos, a Justiça Eleitoral brasileira tem adotado métodos avançados de gerenciamento de riscos, construção de resiliência e gerenciamento de crises. Esses métodos são vitais para antecipar, mitigar e responder a eventuais ameaças que possam comprometer a segurança e a transparência do processo eleitoral.

Gerenciar riscos envolve identificar vulnerabilidades no sistema eleitoral e desenvolver estratégias para minimizá-las, enquanto a construção de resiliência visa garantir que o sistema possa resistir e se adaptar a desafios inesperados. Já o gerenciamento de crises se concentra em ações rápidas e eficazes para lidar com incidentes que, apesar de todos os esforços preventivos, ainda possam ocorrer durante o pleito.

O Tribunal Superior Eleitoral destaca-se na coordenação dos esforços de proteção da integridade eleitoral, acelerando o desenvolvimento de soluções específicas para abordar novos desafios, ao mesmo tempo que elabora estruturas que desbloqueiem sinergias entre as soluções específicas. Particularmente, o TSE tem promovido uma série de ações para combater a desinformação, como parcerias com plataformas digitais, campanhas de conscientização e a criação de canais para que os eleitores possam verificar a veracidade das informações. Essas ações ressaltam a complexidade de proteger as eleições em um mundo cada vez mais digitalizado.

A recente resolução do TSE que amplia o poder de polícia na fiscalização e combate à desinformação representa, por um lado, um avanço significativo na proteção das eleições. Com essa medida, a Justiça Eleitoral ganha ferramentas mais eficazes para atuar de forma preventiva e repressiva contra conteúdos que possam desestabilizar o processo eleitoral, ao permitir que juízes eleitorais removam conteúdos desinformativos da internet sem a necessidade de provocação judicial.

A medida é estratégica em um contexto de demanda crescente por regulamentação e gestão da segurança cibernética relacionada às eleições, desinformação e aos discursos de ódio. A disseminação de desinformação e o uso de *fake news* persistem como grandes desafios para a integridade das eleições. Em um ambiente onde as redes sociais amplificam rapidamente informações falsas, a Justiça Eleitoral precisa estar constantemente vigilante e preparada para combater essas ameaças, que não são apenas técnicas, mas também sociais, pois visam manipular a percepção pública, minando a confiança nas instituições democráticas e nos próprios resultados eleitorais.

Por outro lado, a Justiça Eleitoral deve equilibrar a necessidade de ações firmes para proteger a integridade das eleições com a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos. A aplicação da nova regra depende da interpretação de juízes espalhados por mais de 5,5 mil municípios, particularmente quanto ao conceito de "similitude substancial" para identificar conteúdos inverídicos (que serão retirados do ar).

A falta de consenso nesse aspecto pode comprometer a credibilidade e a justiça do processo eleitoral. Além disso, há debates sobre a atuação dos juízes em casos de desinformação que ainda não foram julgados pelo TSE, o que poderia levar a uma aplicação descoordenada do poder de polícia.

Em um contexto de desinformação crescente, é compreensível buscar mecanismos de proteção mais rígidos. No entanto, é crucial que essa ampliação seja acompanhada de uma reflexão sobre os limites do poder estatal e a necessidade de manter a confiança pública no processo eleitoral. A grandeza da Justiça Eleitoral está na sua capacidade de equilibrar a regulação com a preservação das liberdades individuais, promovendo uma democracia inclusiva e plural por meio de eleições livres e justas. •

redacao@cartacapital.com.br

**Esta coluna integra os trabalhos do Observatório das Eleições 2024 do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Dedico a Márcia Magalhães, leitora e eleitora atenta, com muito carinho e admiração.*

BAPTISTÃO

À ESPERA DE GONET

O PGR ESTÁ RELUTANTE EM APRESENTAR DENÚNCIA CONTRA BOLSONARO OU O MINISTRO JUSCELINO FILHO, PARA NÃO INTERFERIR NAS ELEIÇÕES. NÃO SERIA UMA FORMA DE FAVORECER OS SUSPEITOS?

por ANDRÉ BARROCAL

Paulo Gonet, o procurador-geral da República, não quer ser acusado de beneficiar, ou prejudicar, um dos dois grandes blocos políticos nacionais: o de Lula e o de Jair Bolsonaro. Uma pessoa do convívio dele diz que a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia, teria, inclusive, pedido à Procuradoria para evitar protagonismo na campanha. O "xerife" acredita ter encontrado um Ministério Público politizado demais, um mal à própria corporação, algo a ser enterrado agora. Tudo somado, só uma reviravolta o levará a apresentar antes do fim das eleições, em outubro, denúncia criminal contra Bolsonaro ou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Gonet comenta internamente que não agirá com açodamento. Numa rara declaração à mídia, afirmou ao *Globo* em julho: "Vou fazendo o que eu me convenço de que é o certo na hora que me convenço que é a devida".

A trégua de uns 70 dias não seria uma forma de favorecer um suspeito? No Ministério Público, há quem se mostre compreensivo com as ruminações de Gonet, em especial quando o assunto é Bolsonaro, ainda popular. Não é o caso de quem era o procurador-geral há 20 anos. "Uma vez tendo em mãos investigação criminal concluída, o membro do Ministério Público não pode se conduzir por juízo de oportunidade, mas deve – princípio da obrigatoriedade –, de pronto, pronunciar-se", diz Cláudio Fonteles. Pronunciar-se significa trilhar um de três caminhos: apresentar denúncia à Justiça, arquivar o caso ou pedir mais apurações policiais. Uma investigação criminal finalizada pela Polícia Federal sobre Bolsonaro já está nas mãos de Gonet. É o inquérito das joias. Ele tinha 15 dias para se posicionar. O prazo começou a contar em 1º de agosto.

ENQUANTO ISSO, OS BOLSONARISTAS ESTÃO EM GUERRA TOTAL CONTRA ALEXANDRE DE MORAES, DO STF

Para Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça e subprocurador-geral aposentado, se Gonet tiver planos de esperar a PF encerrar todos os inquéritos que atingem o capitão para juntar numa denúncia única, hipótese que circula em Brasília, errará. "É preocupante fazer uma superdenúncia, o MP às vezes tem essas coisas de dar espetáculo. Seria tecnicamente falho. Cada fato tem de ser uma denúncia diferente", afirma.

E se há trégua de Gonet, é guerra total do bolsonarismo contra Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, condutor de inquéritos sobre

Logo mais expira o prazo para o procurador-geral manifestar-se sobre o caso das joias. Suspeita-se que a Polícia Civil de Tarcísio de Freitas tenha vazado as mensagens de auxiliares de Moraes

ARQUIVO/MPF E ANDRESSA ANHOLETE/STF

o capitão. Os fiéis do ex-presidente pedem o *impeachment* dele em razão de mensagens de celular trocadas em 2022 e 2023 por três colaboradores do togado. As conversas acabam de ser divulgadas pela *Folha*. Nelas estão o juiz Airton Vieira, auxiliar de Moraes no Supremo, Marco Antônio Vargas, que foi auxiliar de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral, e Eduardo Tagliaferro, perito criminal que trabalhou no TSE. O trio basicamente falava de ordens de Moraes sobre investigações de *fake news*. Tagliaferro havia sido levado por Moraes para o TSE assim que o juiz assumira o comando da Corte, em agosto de 2022. Pelas mensagens, o perito abasteceu processos na Justiça Eleitoral e, também, no Supremo, onde há desde 2019 um inquérito sobre milícias digitais.

Ao noticiar as mensagens, a *Folha* interpretou-as como demonstração de irregularidade: Moraes teria colocado a Corte Eleitoral a serviço do Supremo, feito isso às margens dos padrões vigentes e in-

teressado em alvos específicos, atitude a confundir o papel de magistrado com o de procurador e de policial. Foi a interpretação dada pelo bolsonarismo, ao anunciar um pedido de *impeachment* de Moraes. Tentativa fadada ao fracasso: é para lá de improvável que o Senado tope julgar o togado. De qualquer forma, a turma do capitão pretende recolher em 7 de setembro assinaturas nas ruas para o *impeachment*. Recorde-se: foi nessa data, em 2021, que Bolsonaro, ainda presidente, chamou Moraes de "canalha" e disse que não cumpriria mais ordens judiciais dele.

A Justiça brasileira é árbitra entre partes e atua apenas quando provocada. Há uma exceção. A Eleitoral tem poder de polícia, ou seja, pode tomar a iniciativa de combater crimes por conta própria. Esse foi um dos argumentos usados por Moraes para defender-se diante da revelação das mensagens. O juiz disse ainda que seus assessores conversavam para cumprir ordens porque seria "esquizofrênico" ele, Moraes, mandar ofícios do gabinete dele no TSE para o do STF. E que todos os alvos de relatórios pedidos por ele no TSE e enviados ao Supremo souberam dos relatórios. Na sessão de quarta-feira 14 do Supremo, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, saiu em defesa do colega: "Tempestade fictícia". Flávio Dino e Gilmar Mendes engrossaram o coro.

Apesar dos argumentos de Moraes, há uma troca de mensagens a indicar algo meio fora de lugar no intercâmbio entre TSE e STF. Em 4 de dezembro de 2022, Vargas escreveu a Tagliaferro: "Dr. Airton está te passando coisas no privado?" A resposta foi sim. "Falha na prova. Vou impugnar", replicou Vargas, com ironia. Tagliaferro: "Temos que tomar cuidado com essas coisas saindo pelo TSE. É seu nome". O perito deixou o TSE em maio de 2023, após ser preso em flagrante pela polícia de São Paulo por violência doméstica. A *Folha* diz que as conversas que divulgou

Ex-secretário de Bolsonaro, Jorge Messias jogou uma boia ao ex-chefe ao mudar posição do TCU sobre presentes de autoridades

O PGR TAMBÉM ESTÁ PREOCUPADO EM CORRIGIR FALHAS NOS INQUÉRITOS DA POLÍCIA FEDERAL

estavam em um celular. E que possui mensagens de agosto de 2022 e maio de 2023. É o período exato de Tagliaferro no TSE. Como as mensagens chegaram à mídia? Obra da Polícia Civil de São Paulo, subordinada ao governador bolsonarista Tarcísio de Freitas? É possível que a polícia tenha apreendido o celular, ou ao menos o seu conteúdo, quando da prisão de Tagliaferro.

Suposições à parte, as mensagens não só causaram embaraços a Moraes como atiçaram o bolsonarismo. O deputado Eduardo Bolsonaro discursou na Câmara, na quarta-feira 14, que não quer só o *impeachment* do juiz, mas a anulação dos processos a cargo dele no Supremo. A propósito, horas antes, Moraes decretara nova prisão preventiva de dois blogueiros bolsonaristas foragidos no exterior: Allan do Santos e Oswaldo Eustáquio. "Do que saiu *(na Folha)* até agora, não vi nenhuma irregularidade *(de Moraes)*", afirma o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para quem é "má-fé" comparar o togado com Sergio Moro e a Operação Lava Jato. "Politicamente, vai ser isso que estamos vendo, um barulho grande. E a demora em tomar algumas atitudes por parte da Procuradoria leva a essa instabilidade."

A demora de Gonet para agir sobre Bolsonaro, sua indisposição para denúncias na eleição, tem a compreensão de alguns membros do MP. Um procurador da ativa, em posição privilegiada em Brasília, diz: adiar uma acusação, não importa o motivo, sempre causa dificuldades ao MP e transmite a ideia de atuação seletiva. Contudo, prossegue ele, "não podemos ser ingênuos e achar que uma denúncia em caso de vulto, envolvendo personagens centrais da esfera pública, é um ato simples quanto qualquer outro". Um subprocurador-geral aposentado concorda: "Esse cálculo *(de Gonet)* procede, principalmente se as provas de que ele dispõe não forem consistentes ou forem capazes de suscitar divergências hermenêuticas".

"Divergências hermenêuticas" latentes no caso das joias, graças a uma decisão

O ministro das Comunicações e o revendedor de joias sauditas ganham fôlego de uns 70 dias com a trégua ensaiada por Gonet

recente do TCU, órgão auxiliar do Congresso, em um episódio sobre um relógio recebido por Lula em 2005. Por obra do ministro Jorge de Oliveira, o TCU mudou a postura anterior e agora diz que não tem como decretar qual presente precisa ser devolvido por um chefe de Estado no fim do mandato. A decisão não tem valor jurídico para encerrar o caso de Bolsonaro, mas os advogados e simpatizantes do capitão a usam desde já para defender a inocência dele. Oliveira foi secretário-geral de Bolsonaro na Presidência.

Além de contornar "divergências hermenêuticas", Gonet parece querer corrigir falhas ou preencher lacunas de inquéritos da PF. No caso do cartão fajuto de vacinas anti-Covid, o delegado Fábio Shor, chamado de "putinha de Alexandre de Moraes" por Eduardo Bolsonaro da tribuna da Câmara, acusou Bolsonaro de vários crimes, entre eles o de uso de documentos falsos. O relatório final, de março, não tinha prova de que o cartão havia sido usado nos EUA, para onde o capitão viajara no dia da emissão do cartão fajuto, em dezembro de 2022. Gonet requereu a reabertura da apuração e que a PF buscasse a informação sobre o uso do cartão. As autoridades americanas responderam à PF que não sabiam dizer se houve uso ou não, por falta de registros.

No caso das joias, o relatório final de Shor, de julho, continha um erro: citava a cifra de 25 milhões de reais como a quantia potencialmente desviada pelo bolsonarismo, mas o número certo era menor, 6 milhões, como constava da mesma papelada. É o tipo de erro que dá munição ao ex-presidente para se dizer perseguido. A PF ainda tem dois inquéritos para finalizar, e a promessa era fazê-lo em agosto. O da tentativa de golpe contra a eleição e o da "Abin paralela". Finalizará? A PF ficará na encolha também, como Gonet, na eleição? Um delegado diz: até um passado recente, era consenso na corporação que a polícia tinha de evitar ações em tempos eleitorais. O consenso perdeu força, no entanto. Os policiais lavajatistas achavam que a não ação era uma forma de interferência política.

A não ação de Gonet beneficia um personagem que é do alto escalão de Lula, mas está na berlinda por fatos da era Bolsonaro. O ministro das Comunicações, Juscelino Filho foi acusado em junho pela PF de corrupção passiva, fraude em licitações e organização criminosa. Motivo: desvio de grana de emenda parlamentar em 2022. O ministro é deputado e, como congressista, separou verba do orçamento federal para a estatal Codevasf pavimentar ruas em Vitorino Freire, no Maranhão. A prefeita da cidade é sua irmã, Luanna Rezende. A empresa da obra, a Construservice, tem como sócio oculto um amigo dele, Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP. Segundo a PF, a verba saiu de Brasília via Codevasf, chegou a Vitorino Freire e uma parte entrou no bolso da família do ministro.

Lula está decidido a demitir o ministro, caso a Procuradoria o denuncie. No Supremo, o caso está aos cuidados de Flávio Dino, conterrâneo de Juscelino Filho. Dino está numa cruzada contra a farra das emendas parlamentares. Na quarta-feira 14, assinou outra liminar para permitir que o governo não seja obrigado a liberar verba para emendas do tipo "impositivo", a menos que tais emendas tenham transparência e rastreabilidade totais. •

JOSÉ DIAS/PR, SHIZUO ALVES/MCOM E ARQUIVO/TCU

PONTEIROS DESAJUSTADOS

ELEIÇÕES E JUSTIÇA TÊM RITMOS DISTINTOS, MAS SE RELACIONAM CONSTANTEMENTE

por FÁBIO KERCHE*

A eleição é dinâmica e curta, pelo menos oficialmente: comícios, corpo a corpo, publicidade. O candidato tem de se mostrar vigoroso, disposto ao trabalho e ágil mentalmente, especialmente nos debates. E tudo isso em períodos mais estreitos que no passado. Este ano, a campanha terá apenas 48 dias, dois a mais do que foi a curtíssima disputa em 2022. Menos tempo para os candidatos apresentarem propostas para seus municípios e pouco tempo para se defenderem de acusações dos adversários. Os eleitores, por sua vez, também serão menos impactados pela campanha eleitoral. Melhor para os candidatos conhecidos, pior para os que estão se apresentando como alternativas aos políticos com mais destaque público.

Se uma eleição é ágil e rápida, a Justiça é trôpega e lenta: entre o inquérito policial e a decisão do Poder Judiciário, passando pela acusação do Ministério Público, passam-se, muitas vezes, anos. E o processo pode arrastar-se ainda mais com os recursos a diferentes instâncias. Nosso caro sistema de Justiça, que é generoso com salários e benefícios aos magistrados, anda a passos de cágado ao realizar o seu serviço. Em algumas situações, esse ritmo é benéfico para se fazer justiça, permitindo o rigor que um processo deve ter em um Estado de Direito. Em outras situações, contudo, pode ser terreno fértil para injustiças.

Eleições e Justiça, portanto, têm ritmos distintos. A questão é que elas se relacionam constantemente. A Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário podem influenciar uma disputa eleitoral. De forma mais óbvia, por meio de juízes e promotores eleitorais, ou de forma menos explícita, através de matérias penais. Um exemplo foi a turma da Lava Jato, que retirou Lula da disputa presidencial em 2018, abrindo espaço para a vitória de Jair Bolsonaro. O atual presidente recuperou seus direitos políticos e sua liberdade, mas tem até hoje seu nome associado à corrupção por parcela dos eleitores.

O JUDICIÁRIO NEM SEMPRE ANDA A PASSOS DE CÁGADO. CONDENADO EM TEMPO RECORDE PELA LAVA JATO, LULA CONHECE BEM A LEBRE JUDICIAL

O caso da Lava Jato é o exemplo de que o contrário também pode acontecer. As eleições e a política influenciando o Sistema de Justiça. Restam poucas dúvidas de que alguns policiais federais, os procuradores da força-tarefa em Curitiba, o então juiz Sergio Moro e os três magistrados do TRF-4 usaram critérios não jurídicos para condenar o atual presidente da República. Com vistas a obter ganhos eleitorais, retirando Lula da corrida presidencial, até o ritmo do processo foi extraordinário. O TRF-4 deixou rastros de um tra-

No Brasil, muitos juízes também fazem política

LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO

tamento excepcional dispensado a Lula. O desembargador relator elaborou voto e relatório em 56 dias úteis. Isso implicaria a leitura de, aproximadamente, 4.464 páginas dos autos por dia útil. Supondo que trabalhasse 12 horas por dia, ele teria de ler, aproximadamente, 372 páginas por hora, de forma ininterrupta. Sem pausa nem para o cafezinho! O desembargador revisor também foi expedito e liberou o julgamento em apenas sete dias úteis.

Em algumas situações, a relação entre Justiça e eleições não se dá de forma tão direta. Se no caso do presidente Lula houve uma decisão judicial, em um simulacro de um processo justo, há diversos casos em que ações ainda em trâmite são usadas politicamente. Em São Paulo, o prefeito e candidato Ricardo Nunes (MDB) reclamou do relatório da Polícia Federal que o associou a uma história de desvio de recursos de creches quando ele era vereador. O deputado federal e pré-candidato à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Alexandre Ramagem (PL), recentemente foi um dos alvos de uma operação da PF por causa de supostos monitoramentos ilegais quando ele dirigia a Abin no governo Bolsonaro. O mesmo prefeito de São Paulo está envolvido em uma acusação de agressão à sua mulher, com direito a boletim de ocorrência vazado para a imprensa. Ou seja, por mais convicção que eu ou você possamos ter sobre a culpa desses políticos, o sistema de Justiça ainda está dando os primeiros passos nesses casos.

Há situações em que mesmo a não condenação por parte do Poder Judiciário pode não ser suficiente para a decretação da inocência de um candidato no tribunal das urnas. Já tiveram repercussão, e devem ser usados como arma política, os casos de homicídio em que o Coronel Mello Araújo (PL) se viu envolvido no passado. Embora arquivada, a história do candidato a vice-prefeito na chapa de Ricardo Nunes em São Paulo tem grandes chances de vir à tona em algum momento.

Além da Justiça Comum, ainda existe a Justiça Eleitoral. Neste ramo do Ministério Público e do Poder Judiciário, a "interferência" no processo eleitoral é ainda mais direta. Juízes e promotores eleitorais podem decidir sobre diversos assuntos. Do registro de candidaturas à proclamação do resultado, passando pela publicidade e organização das eleições. Parte da projeção do ministro Alexandre de Moraes nos últimos anos deu-se no âmbito de sua atuação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não no Supremo Tribunal Federal (STF).

Eleições não são mais uma questão apenas entre candidatos e eleitores. Que as análises levem isso em conta. •

---

*Doutor em Ciência Política pela USP e professor da Unirio. Foi pesquisador visitante na New York University e na American University e é autor, entre outras publicações, do livro A Política no Banco dos Réus: A Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil, escrito em parceria com Marjorie Marona.

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2024, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver: https://observatoriodaseleicoes.com.br

Pantanal em chamas

CRISE CLIMÁTICA Com a antecipação do período de estiagem, as queimadas já consumiram 1,5 milhão de hectares desde o início do ano

POR FABÍOLA MENDONÇA

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 28

Moradia. O Brasil tem 1,5 milhão de pessoas afetadas por despejos ou remoções forçadas, revela pesquisa

Deserto cinza. Ainda não é possível estimar o impacto sobre a fauna. Em 2020, ao menos 17 mil animais morreram carbonizados diante da inação do governo Bolsonaro

Em um ano convencional, as inundações deixariam o Pantanal submerso no primeiro semestre do ano. Somente agora, entre o fim de agosto e início de setembro, a estiagem atingiria o seu auge, com o esvaziamento completo das cheias. Esse é o fluxo natural do bioma, em um ecossistema ambientalmente equilibrado: períodos de enchentes e secas intercalados. Esse cenário faz parte, porém, de um passado cada vez mais remoto.

Há pelo menos seis anos o Pantanal não enche, alterando consideravelmente a vida no bioma, com cerca de 1,5 milhão de hectares de seu território devastado pelo fogo neste momento. Desde janeiro, quando o Pantanal deveria estar enchendo, já eram perceptíveis alguns focos de incêndio. A partir de maio, as chamas alcançaram grandes proporções, difíceis de ser controladas, causando danos irreparáveis. O saldo é desolador: cerca de 10% do bioma destruído, animais carbonizados ou migrando para outras regiões em busca de sobrevivência, lutando contra a fome e a sede.

"Mesmo sem a presença do fogo, em algumas regiões a fauna está sendo impactada. Os corixos (bacias d'água) estão vazios e os rios secaram, obrigando os animais a se deslocarem. Mas o que a gente tem observado é que a seca é tão grande que não existem locais para migrar. O clima impacta na flora, a base da cadeia alimentar dos animais, e eles ficam sem condições clínicas, não têm escore corporal para fazer grandes migrações porque estão debilitados", explica o veterinário Enderson Barreto, diretor da ONG Grupo de Resposta a Animais em Desastres, que atua no Pantanal Norte, em Mato Grosso. "Temos imagens no monitoramento de animais atolados ou revirando a lama para tentar beber água. São imagens que trazem um alerta muito grave de onde a fauna sofre não pela presença do fogo, mas pela seca extrema, que também ocasiona incêndios florestais de grande magnitude."

Em Mato Grosso, ao menos por ora, as queimadas estão concentradas no município de Poconé, na Transpantaneira. A situação é mais preocupante em Mato Grosso do Sul, onde os focos de incêndios estão localizados majoritariamente na Serra do Amolar, em Corumbá, e em Nhecolândia. O Rio Paraguai, que corta todo o Pantanal, não está enchendo mais, então a vegetação que antes ficava submersa acumula matéria seca, favorecendo a propagação das chamas. As queimadas só não estão piores porque uma frente fria passou pela região no início deste mês e deu uma trégua nas chamas. Tão logo parou de chover, o fogo voltou a castigar.

> Os incêndios já devastaram 10% da cobertura vegetal. E a seca ainda não atringiu o seu ápice

"Boa parte das chamas foi controlada, mas muitos focos estão voltando e se espalhando novamente. A gente estava vendo 100 mil hectares por dia sendo queimados e, com a chuva, teve uma melhora momentânea. Agora, é concentrar esforços no rescaldo dessas áreas que foram apagadas para garantir que elas não vão reacender", explica Gustavo Figueiroa, do SOS Pantanal, entidade que conta com brigadistas no combate aos incêndios. "Aquela chuva que caiu no Rio Grande do Sul era para ter passado pelo Pantanal, mas uma massa de ar seco gigante no meio do País bloqueou e impediu essa frente fria de entrar pelo Centro-Oeste", completa.

Segundo o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, a seca prolongada no Pantanal é resultado da crise climática, agravada pelo desmatamento no Sul da Amazônia e nas cabeceiras do Rio Paraguai. "Como o Pantanal não enche mais, o pessoal está querendo cultivar dentro da área e, por isso, tem feito o desmatamento, que antes era mais na Amazônia e no Cerrado. A gente, inclusive, detectou incêndios criminosos para fazer desmatamento no Pantanal", explica. Em setembro, o Ministério do Meio Ambiente deve lançar o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento no Pantanal, mesmo período que promete entregar planos similares volta-

ISTOCKPHOTO E GUSTAVO FIGUEIROA/SOS PANTANAL

dos para o Pampa, a Mata Atlântica e a Caatinga. No ano passado, o governo já havia publicado os planos contra a devastação na Amazônia e no Cerrado.

Há poucas semanas, o governo conseguiu aprovar no Congresso a Lei de Manejo Integrado do Fogo e três Medidas Provisórias voltadas para o combate às queimadas no Pantanal. "Ela institui uma política nacional de manejo do fogo, criando uma estrutura de governança para monitorar as queimadas", explica Agostinho, acrescentando que o governo federal destinou 137 milhões de reais para o combate aos incêndios no Pantanal.

Até o momento, já foram identificados 90 focos de incêndio na região pantaneira, provocados principalmente pela ação do homem, seja intencional ou não. São muitas as origens do fogo, desde uma simples fogueira para queimar lixo ou material vegetal, passando pelo fogo utilizado na coleta de mel, até ações criminosas ou mesmo acidentes, como o ocorrido em junho, quando um caminhão pegou fogo e as chamas se propagaram por uma vasta extensão territorial. "Em 15 de julho, a gente tinha conseguido controlar 100% dos incêndios. Aí teve esse acidente e o incêndio espalhou-se por toda a região de Nhecolândia, uma área muito sensível", destaca Agostinho. Também são muito comuns queimadas no Pantanal provocadas pela queda de raios, embora não existam registros recentes de tempestades com raios.

A proporção que o fogo está tomando este ano só não é pior que os incêndios de 2020, considerados os maiores da série histórica, com 3,9 milhões de hectares queimados, o equivalente a um quarto do Pantanal. "A resposta tem sido melhor que em anos anteriores. Em junho, quando as chamas ainda não tinham alcançado 500 mil hectares, já se viam ações do governo federal. Há quatro anos, só quando o índice estava batendo em 2 milhões de hectares queimados, por conta da pressão externa e porque não tinha mais como negar o que estava acontecendo, é que a gestão Bolsonaro começou a se mexer. Espero que este ano não supere 2020, até porque a gente tem visto a mobilização do Poder Público e da sociedade civil, está muito mais ágil", destaca Figueiroa.

Segundo Barreto, os incêndios deixaram um saldo de 17 mil animais mortos em 2020. Por onde o fogo passou houve perdas genéticas e populacionais de animais, os quais acabam passando por um processo de readaptação, em um ambiente que não é naturalmente deles. "A gente sabe que o fogo é algo que está presente no Pantanal, faz parte da composição do bioma. No entanto, os recorrentes incêndios de grande magnitude não estão permitindo uma readaptação da fauna. Morrem muitos animais e não dá tempo de o bioma se restabelecer com o nascimento de animais no mesmo ritmo."

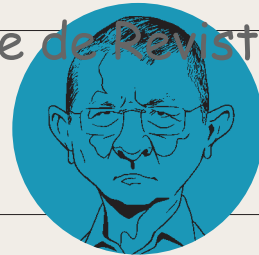
Recursos. O governo federal destinou 137 milhões de reais para combater as queimadas no Pantanal, diz Agostinho

VALTER CAMPANATO/ABR

> A seca é agravada pelo desmatamento no Sul da Amazônia e nas cabeceiras do Rio Paraguai, alerta o presidente do Ibama

Neste ano, ainda não dá para estimar a quantidade de animais carbonizados e, devido à proporção dos incêndios, muitos nem sequer vão entrar nas estatísticas. A morte de três onças-pintadas, um adulto e dois filhotes, despertou, porém, um sinal de alerta. Em 2020, não foi registrada a morte de nenhuma onça, um animal sagaz, habituado a fugir do fogo. "Se as onças, que são animais com grande capacidade de correr, nadar e escalar árvores, estão sendo afetadas, a gente entende que todos os outros são impactados de forma muito mais brusca", salienta Barreto. Segundo Agostinho, até agora foram resgatados 564 animais da região do fogo.

A Secretaria de Meio Ambiente (Sema) de Mato Grosso está monitorando as condições da fauna no estado, mas nega a gravidade da situação, alegando que, por enquanto, está tudo dentro da normalidade. "A gente percebe que a vida continua no Pantanal, apesar da seca. Os animais têm se reproduzido, estão saudáveis. A gente não nega a seca, a falta de chuvas, a falta de uma cheia volumosa na planície pantaneira, mas o nosso bioma é resiliente. A tendência é de que, cessando este período de seca severa, o Pantanal vai se recuperar", diz Waldo Troy, gerente de fauna silvestre da Sema. "Até o momento, não vemos necessidade de interferência. Lógico que isso pode mudar, porque o pico de seca vai ser em setembro ou outubro. Mas a gente está vendo os animais com escore corporal bom, com alimentação, saudáveis", completa a médica-veterinária Caroline Machado. •

ALDO FORNAZIERI
Cientista político, professor da Escola de Sociologia e Política e autor, entre outros, de *Liderança e Poder* (Contracorrente)

No reino da imoralidade

▶ O orçamento secreto é o mais escandaloso e inescrupuloso abuso do Congresso. Ofende o interesse público e viola a Constituição

A principal razão para que as sociedades aceitem as restrições do Estado consiste em que este garanta os direitos dos cidadãos. Esta é a pedra fundamental do Estado republicano e democrático, o seu princípio e fim. Isto porque, se a sociedade fosse deixada ao seu bel-prazer, se veriam o domínio dos mais fortes e a instauração do espetáculo da violência, da devassidão, da corrupção e da miséria. O Estado republicano e democrático tem o dever de inibir a violência e o domínio dos mais fortes e, além de garantir a liberdade, deve prover a sociedade com bem-estar, equidade e justiça.

A atual legislatura do Congresso Nacional, sob o comando de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, é uma das mais afoitas da história em promover abusos e privilégios, além de violar direitos. Basta citar alguns exemplos notórios: o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, a tentativa de criminalizar os usuários de drogas, as investidas contra os movimentos sociais, a desavergonhada iniciativa de anistiar os partidos, e por aí vai.

Mas o mais escandaloso e inescrupuloso abuso do Congresso está nas emendas secretas. Na medida em que essas emendas sonegam informações sobre sua finalidade, seu destino, sua rastreabilidade, sua fiscalização e a prestação de contas da sua execução, representam um golpe contra a Constituição, principalmente contra o artigo 37. Ele determina que a administração direta ou indireta de qualquer um dos Três Poderes, nas esferas da União, dos estados e dos municípios, deve obedecer aos "princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Todos esses princípios são violados pelo tal orçamento secreto.

As emendas secretas são atos desonestos e contrários ao interesse público, aos interesses de todos os cidadãos e cidadãs. Ao atentar contra o interesse público e violar a Constituição, os deputados e senadores que validam essa prática cometem crime de responsabilidade.

Em uma república democrática, o poder é exercido em nome do povo. Ao agir contra os direitos da cidadania sacramentados na Constituição, os senadores e deputados quebram o pacto com os eleitores e, consequentemente, perdem a própria legitimidade política. Trata-se de crime de responsabilidade por se configurar como um crime político-administrativo grave, mediante conduta lesiva e indesejável dos parlamentares, que deveriam ser os primeiros a zelar e salvaguardar a Constituição e a ordem jurídica. Não se trata de um mero erro interpretativo. É uma ação deliberada, visando auferir benefícios políticos e, quiçá, benefícios pecuniários, já que nada se sabe dessas caixas-pretas. Os parlamentares deveriam ser punidos de alguma forma. Mas, infelizmente, o Congresso é o reino dos privilégios, dos engodos e da impunidade.

O Congresso escuda-se em duas palavras contidas na Constituição para cometer abusos e violar direitos. Uma é mal interpretada e a outra, malposta. A Carta Magna diz que os Poderes são "independentes e harmônicos". A palavra "independentes" é mal interpretada, pois não existe independência absoluta entre eles. Os federalistas norte-americanos, fundadores do constitucionalismo republicano-democrático moderno, foram enfáticos em dizer que cada poder deve exercer as suas funções precípuas, mas que mantêm uma relação de ingerência parcial de um em relação às funções do outro.

A palavra malposta é a que se refere à ideia de que são "harmônicos". Não são nem devem ser harmônicos. Os poderes são conflitivos pelo princípio dos freios e contrapesos, pois um deve limitar os abusos de poder do outro. James Madison, redator da Constituição dos EUA, é lapidar em afirmar que se deve dar a cada um dos poderes "os meios constitucionais necessários e os motivos pessoais para resistir aos abusos dos outros". A ambição deve controlar a ambição, sabendo que não se trata de algo lisonjeiro à natureza humana. Mas a própria existência do Estado é a maior crítica à natureza humana.

No caso concreto, o Supremo Tribunal Federal tem o dever de salvaguardar a Constituição e impedir que ela seja violada pelos demais poderes. Quando o ministro Flávio Dino estabelece regras para as emendas parlamentares, está acionando um comando constitucional de controle contra outro poder que viola a Constituição. O STF não só tem o direito de colocar freios aos abusos do Congresso, mas tem o dever de fazê-lo. Querer retaliar a Corte, ameaças recorrentes dos chefes das duas Casas Legislativas, é mais um abuso inaceitável do Congresso, dos seus dirigentes e dos deputados e senadores que embarcam nessas ilegalidades e imoralidades. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Para quem pode

SÃO PAULO A transferência da sede do governo paulista tende a aprofundar a gentrificação no Centro, alertam urbanistas

POR MARIANA SERAFINI

Na segunda-feira 19, Tarcísio de Freitas deve oficializar o anúncio do projeto escolhido para ser a nova sede do governo de São Paulo. Projetado pelo escritório Ópera Quatro, do arquiteto Pablo Chakur, o centro administrativo com fachada espelhada destoará dos antigos edifícios da região dos Campos Elíseos, o primeiro bairro planejado da capital paulista, fundado em 1879. O contraste será ainda maior com a paisagem da Cracolândia, maior cena aberta de consumo de drogas do País, que resiste na região a despeito da intensa repressão policial para dispersar o "fluxo".

Escolha unânime no concurso promovido pelo governador paulista, o projeto prevê construções com diferentes alturas, articuladas por passarelas. No térreo haverá lojas, pátios, áreas verdes e um calçadão para facilitar a circulação de pessoas entre os prédios e o entorno. Estima-se um gasto de 4 bilhões de reais na parceria público-privada. Ao centralizar todas as secretarias de governo em um único local, Tarcísio aposta na atração de novos empreendimentos, que contribuirão para o esforço de "revitalizar" o Centro, essa área tão sem vida da cidade de São Paulo.

Quer dizer... A região é densamente ocupada, mas não são exatamente esses viventes que o governador deseja ver por lá. Desde a sua concepção, a proposta de transferir a sede do governo mal disfarça o caráter higienista. Tende apenas a aprofundar a gentrificação no Centro, alerta nota técnica divulgada pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, o Labcidade, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

"O projeto pressupõe demolir ao menos cinco quadras, ocupadas atualmente por cerca de 800 pessoas, segundo os dados do Censo populacional do IBGE de 2022, parte das quais morando em regiões encortiçadas, conforme dados do Censo de Cortiços da Prefeitura de São Paulo de 2014, e demarcadas parcialmente como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 3 e 5 pelo Plano Diretor de 2014", observa o estudo do Labcidade. Ao menos 230 imóveis residenciais serão demolidos.

Atualmente, mais da metade das 24 secretarias estaduais não funciona mais no Morumbi, onde fica o Palácio dos Bandeirantes, atual sede do governo. Elas estão espalhadas pelo Centro Histórico, entre as praças da Sé, República, Ramos de Azevedo e o Pateo do Collegio. Segundo o secretário de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, esses edifícios antigos serão reaproveitados. "Alguns vão receber equipamentos públicos de cultura e outros vão passar por *retrofit* para virar moradias populares." Já o Terminal Princesa Isabel, um dos maiores do Centro, deve ser realocado ao lado da Estação da Luz.

Os moradores na rota do despejo lamentam a falta de informações sobre a realocação

Para a população que será desalojada, está prevista a construção de 1,8 mil moradias populares no entorno da "Esplanada Princesa Isabel", a nova sede do governo, e em todo o Centro devem ser 6 mil habitações. Não há previsão, porém, de quando serão catalogadas essas famílias, muito menos onde e quando serão entregues esses conjuntos habitacionais.

Para o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, professor titular de Planejamento Urbano da USP e professor visitante na Universidade da Califórnia, em Berkeley, "essa megaintervenção vai impedir que se desenvolvam projetos habitacionais populares, inclusive alguns que já estão sendo feitos na região". O impacto não será apenas sobre essas famílias que devem ser desalojadas, mas sobre milhares de outras que vivem em prédios de classe média baixa na região, cujos aluguéis podem aumentar de forma desenfreada depois que a iniciativa privada assumir o comando.

Ex-vereador da capital paulista, Bonduki também critica a proposta de converter prédios comerciais antigos em moradias populares. "É muito mais difícil fazer esse tipo de reforma. O ideal seria manter esses prédios para uso comercial e aproveitar a região já voltada para habitação, fazer projetos do Minha Casa, Minha Vida para diversas faixas sociais, como tem acontecido no bairro

"Revitalização". O investimento previsto é de 4 bilhões de reais. O fechamento de pensões na região da Cracolândia preocupa trabalhadores de menor poder aquisitivo

REDES SOCIAIS/OPERA QUATRO E ROVENA ROSA/ABR

de Santa Cecília." Essa diversidade de classes é uma característica do Centro que não está sendo respeitada, alerta o urbanista. "Vai gerar especulação imobiliária nos Campos Elíseos e, por consequência, gentrificação."

Segundo o cronograma, a licitação para a PPP será feita até abril de 2025. Quem vencer o certame ficará responsável pela construção e administração da nova sede. A desapropriação de imóveis comerciais ficará a cargo da construtora. Já as famílias na área de interesse social serão assistidas pelo governo, promete Afif.

A faxineira Núbia Andrade vive com o marido, Lucas Pompeu, e as duas filhas, Maria Eduarda e Valentina, em um pequeno quarto de pensão na região, onde pagam aluguel de 500 reais por mês. O marido trabalha num açougue do Centro. A filha mais velha, de 9 anos, estuda no Colégio Estadual Prudente de Moraes, e a menor, de 2 anos, "fica com uma moça que cobra por dia". Eles ainda não sabem o que o destino lhes reserva, mas ouviram dizer que a pensão vai fechar e estão preocupados.

Já Juan, ressabiado dono de um mercadinho no térreo de outra pensão, contou que há poucos dias servidores da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) cadastraram moradores para receber um vale-aluguel de 400 reais por mês, em troca de sair voluntariamente do local. Segundo o secretário de Projetos Estratégicos, essa ação "não tem nada a ver" com a nova sede. Foi uma consequência da Operação Salus et Dignitas, deflagrada em 6 de agosto para investigar o tráfico de drogas no Centro. Na ocasião, várias pensões e hotéis foram fechados, sob acusação de abrigarem membros do PCC. "Infelizmente, nesses locais também moram famílias. Para que elas possam se deslocar, elas vão receber esse valor. As desapropriações relativas à Esplanada Princesa Isabel ainda não começaram", diz Afif.

O deputado estadual Eduardo Suplicy, do PT, observa, porém, que "desde 2005 ações policiais truculentas para reprimir o uso e o tráfico de drogas na região atingem também pessoas em situação de rua, moradores de pensões, cortiços, hotéis e ocupações". Segundo ele, o novo projeto segue essa mesma linha e avança sem ouvir a população local. Por isso acabou de solicitar uma audiência pública, para que o secretário Afif, o vice-governador, Felício Ramuth, e outros secretários ligados ao projeto prestem esclarecimentos. •

A vida na lona

MORADIA O Brasil tem 1,5 milhão de pessoas afetadas por despejos ou remoções forçadas, revela pesquisa

POR RENÉ RUSCHEL

A pernambucana Danielle Abravanel mora há três anos na Ocupação 8 de Março, no bairro de Boa Viagem, no Recife. Sem trabalho fixo, a diarista não conseguiu manter o pagamento do aluguel durante a pandemia e acabou despejada. Passou a viver na rua ou dormindo na casa de amigos, pois até o custo de um barraco tornou-se impraticável. "Uma mulher *trans* sofre todo tipo de discriminação na hora de buscar emprego", lamenta.

Em setembro de 2021, ela estava entre as centenas de trabalhadores que ocuparam o terreno desabitado há anos, mas com um dos metros quadrados mais caros da cidade. Atualmente, a área abriga cerca de 2 mil pessoas, entre elas 250 crianças. As histórias de vidas se entrelaçam num enredo de imensas dificuldades e poucas perspectivas. "Minha esperança é ter uma moradia digna, poder dormir sob o meu teto e descansar em uma casa de verdade."

No Brasil, o número de pessoas afetadas por despejos ou remoções forçadas aumentou de 898,9 mil, em outubro de 2022, para 1,5 milhão em julho de 2024, alta de quase 70% no período, revela o levantamento inédito da Campanha Despejo Zero, movimento nacional composto de 175 organizações que atuam, desde 2020, na luta pelo direito à moradia na cidade e no campo. Esse universo de desamparados corresponde a 333 mil famílias ameaçadas, 42 mil removidas e 79 mil vivendo com ordens de despejo suspensas no Judiciário. A pesquisa não considera a população em situação de rua nem pessoas atingidas por desastres socioambientais.

O relatório aponta ainda que a crise do sistema habitacional no Brasil tem classe, gênero, raça e região. Dos afetados por despejos e remoções forçadas, 66,3% se autodeclaram pretos e pardos, 62,6% são mulheres, 74,5% ganham até dois salários mínimos e a maioria vive nas regiões Norte e Nordeste. O contingente inclui ainda 265 mil crianças e 260 mil idosos.

"Estamos diante de uma crise habitacional sem precedentes. A Campanha Despejo Zero vem denunciando o risco de convulsão social, caso esse 1,5 milhão de pessoas perca seus lares. Esse contingente se somaria a outros 6,2 milhões de famílias que precisam morar de favor ou escolher entre comer ou pagar aluguel, a dezenas de milhares de pessoas em situação de rua, sem falar de quem perdeu sua casa em um desastre", diz a arquiteta e urbanista Raquel Ludermir, doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE e gerente de Incidência Política da Habitat Brasil.

O número cresceu quase 70% desde outubro de 2022, alerta a Campanha Despejo Zero

A Campanha Despejo Zero foi articulada em 2020, no contexto da pandemia. "Havia ali uma grande contradição. Enquanto os cientistas pediam à população para ficar em casa e se proteger do vírus, milhares de pessoas eram expulsas de suas moradias. Como justificar essa atitude? Onde iriam morar?", questiona a especialista. A crise sanitária e o de-

Com o fim da pandemia, o Judiciário voltou a privilegiar a propriedade privada em suas decisões

ANDERSON BARBOSA/RELATORIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO ADEQUADA DA ONU

semprego impactaram duramente as famílias, que perderam a capacidade de pagar aluguel. Esse quadro ajuda a explicar a explosão do número de ocupações de moradias, além do aumento exponencial de pessoas em situação de rua. Entre março de 2020 e agosto de 2021, mais de 19 mil famílias foram removidas de suas casas e mais de 93 mil se encontravam ameaçadas por procedimentos judiciais e administrativos de despejo.

Ludermir identifica dois movimentos importantes para proteger a população ameaçada de despejo desde então. O primeiro, que ela apelidou de "redução de danos", foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender despejos coletivos em meio à pandemia, durante o julgamento da ADPF 828. "As pessoas eram retiradas sem que houvesse um ambiente seguro para abrigá-las. Ou seja, elas só trocavam de local, continuavam vivendo em ocupações clandestinas." Outra medida importante, destaca, foi a Lei 14.216/2021, que suspendeu remoções em imóveis urbanos.

O segundo movimento, a partir do governo Lula, trouxe avanços mais significativos, com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", que amplia o acesso à moradia digna e promove a regularização fundiária de assentamentos urbanos. Mas o passivo é enorme. "Um estudo da Fundação João Pinheiro mostra que, no Brasil, mais de 26 milhões de pessoas vivem em habitações precárias", informa Ludermir. "Trata-se de um problema complexo, que deve envolver as pessoas diretamente atingidas nas discussões, sobretudo a população feminina, preta, pobre e periférica."

O maior desafio será enfrentar o *lobby* do setor imobiliário em um Congresso majoritariamente conservador ou reacionário. Os parlamentares tendem a privilegiar o direito à propriedade, em detrimento do direito à moradia, algo que também se nota na maior parte das decisões judiciais. Em muitos casos, famílias são despejadas e os imóveis permanecem vazios, mas com potencial de gerar lucros futuros. A especulação é um dos principais entraves, lamenta a gerente de Incidência Política da Habitat Brasil.

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base de um Projeto de Lei que pune quem participar de ocupações de terras ou imóveis. Eles perderiam o direito a acessar benefícios e programas sociais da União. Em São Paulo, a Assembleia Legislativa aprovou iniciativa semelhante, e flagrantemente inconstitucional, avalia o advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo e colunista desta publicação. "A proposição legislativa sobrepõe o direito à propriedade aos demais direitos das pessoas em situação de hipossuficiência. Entretanto, o direito à propriedade, assim como qualquer outro, não é absoluto nem pode se sobrepor a outros direitos", escreveu, em recente artigo publicado em *CartaCapital*. "Não se pode, portanto, tolher o acesso aos programas públicos destinados aos hipossuficientes em nome da prevalência do direito à propriedade." •

Bodas de ouro

DIPLOMACIA A aproximação Brasil–China extrapola os interesses econômicos. Os dois países são aliados na construção de uma nova ordem mundial multipolar

POR ZECA DIRCEU*

Brasil e China restabeleceram relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974. Desde então, o entrosamento sino-brasileiro evolui significativamente nas áreas econômica, política e de cooperação, com os interesses desenvolvimentistas dos dois países se entrelaçando cada vez mais profundamente. Construiu-se uma longa história de sucesso, em diferentes fases. O adensamento das relações avançou decisivamente nos dois primeiros mandatos do presidente Lula, de 2003 a 2010, e, agora, ganha renovado e multiplicador impulso.

O notável reforço da parceria estratégica é resultado da visita de Lula a Pequim no ano passado. Há perspectiva de incremento das exportações brasileiras e de investimentos chineses em projetos de infraestrutura no Brasil, inseridos em ampliado e diversificado novo quadro de cooperação.

Os números, hoje, são superlativos. Em 1980, os negócios movimentavam apenas 316 milhões de dólares. Em 2023, o comércio bilateral atingiu o patamar histórico de 157,5 bilhões de dólares, com potencial de crescer ainda mais. As exportações para a China chegaram a 104,3 bilhões, valor cerca de três vezes superior às vendas do Brasil para os EUA, nosso segundo maior parceiro comercial. O comércio Brasil-China cresceu 22 vezes desde a primeira visita de Lula ao país, em 2004.

Segunda potência econômica do planeta, a China é o principal fornecedor do mercado brasileiro e o maior investidor asiático no País. Foi árduo o processo para consolidar a parceria estratégica. Em 1971, a República Popular da China conquistou na Organização das Nações Unidas o reconhecimento de representante legítima do povo chinês e assumiu sua vaga como membro permanente no Conselho de Segurança. O cenário geopolítico mundial mudou profundamente.

Em 1974, no governo do general Ernesto Geisel, o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira percebeu a importância que a China teria no cenário mundial, exercendo um protagonismo político-econômico também almejado pelo Brasil. Ele abriu caminho para o reatamento das relações com Pequim. Em matéria política, os dois países tinham e têm posições convergentes na agenda internacional, inclusive sobre o tema crucial da multipolaridade. A criação dos BRICS, juntamente com outros emergentes do que hoje se chama Sul Global, é, talvez, o resultado mais notável no âmbito de um relacionamento político e diplomático ao longo de cinco décadas.

> O comércio sino-brasileiro cresceu 22 vezes desde a primeira visita do presidente Lula a Pequim, em 2004

Mas foi na década de 1980 que o Brasil começou a descobrir a China do ponto de vista econômico e comercial. O primeiro passo foi em 1981, quando o Itamaraty organizou uma missão comercial, com empresários brasileiros, aos então chamados "Tigres Asiáticos". A ativação do relacionamento com a China viria em seguida, gradualmente.

Em 1982, o general João Batista Figueiredo, então presidente do Brasil, viajou a Pequim. Seis anos mais tarde, foi a vez de José Sarney, que iniciou, de fato, um salto nas relações bilaterais. Estabeleceu-se, então, uma parceria única no campo tecnológico: o projeto CBERS (sigla para China-Brazil Earth Resources Satellite, um satélite de sensoriamento remoto). Na época, a China se abria para o mundo, com seu programa de quatro modernizações: agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia, sob o comando e inspiração do então líder Deng Xiaoping.

Essa abertura ao exterior beneficiou notadamente os EUA e os demais países ocidentais. Empresários brasileiros resolveram recuperar o tempo perdido. Avançamos significativamente, mas o Brasil tornou-se basicamente vendedor de produtos primários e comprador de itens chineses de alto valor agregado. É possível, contudo, mudar o cenário.

No ano passado, em visita a Pequim, com um grupo parlamentar brasileiro, pude abordar as potencialidades das exportações do Brasil com diferentes autoridades, inclusive o presidente Xi

Longeva parceria. Há 50 anos, foram reatadas as relações diplomáticas entre as nações. Agora, Lula e Xi Jinping parecem mais entrosados do que nunca

Jinping. Com Lula, retomou-se o diálogo com Pequim depois de quatro anos de omissões e desprezo no trato àquele país por parte do governo militarista passado.

Lula e Xi Jinping assinaram mais de 15 acordos bilaterais – aos quais se somam os acertados entre empresas dos dois países – principalmente nas áreas de desenvolvimento de tecnologia, intercâmbio de conteúdos de comunicação e ampliação das relações comerciais.

A aproximação Brasil-China extrapola os interesses econômicos e comerciais. Os dois países atuam pela instalação de uma ordem mundial multipolar, multilateral, simétrica e mais justa. Convergem ao considerarem que o advento dessa ordem internacional é o caminho para solucionar os graves problemas que afetam o planeta, tais como o aquecimento global, a fome, a degradação ambiental, a pobreza, as desigualdades, as guerras e o enfraquecimento das instituições multilaterais sob a égide da ONU. As relações bilaterais alcançam um inédito e abrangente padrão estratégico.

Tal como o Brasil, a China beneficia-se de não haver colonizado país algum. Não exibe, portanto, antecedentes de exploração de parceiros em desenvolvimento. Pelo contrário, atua pela instituição de uma nova ordem sem as mazelas do neocolonialismo, assentada em cooperação. É nesse cenário que os dois países atuam, com base em seus interesses mútuos, para reforçar o relacionamento já exponencial que mantêm nas áreas econômica e comercial.

Infelizmente, a despeito de monumentais cifras econômicas e comerciais, das parcerias e da plena sintonia em torno de uma pauta global, baseada na paz, entendimento e cooperação entre os povos, persistem críticas sem fundamento de setores oligárquicos e reacionários à aproximação com a China. A realidade rebate, porém, essa demonização infundada: os números confirmam cabalmente a importância econômico-comercial da China para os interesses brasileiros.

Podemos avançar ainda mais nessa parceria exemplar. E, assim, podemos e devemos celebrar os 50 anos do reatamento de relações diplomáticas sino-brasileiras, sobre bases sólidas de amizade e aproximação econômica e cultural. E com um trabalho político conjunto, dentro da diversidade de posições, pela reforma tão urgente, e tantas vezes postergada, do sistema internacional. Viva a calorosa e profícua parceria Brasil-China! •

**Deputado federal pelo PT do Paraná.*

Em nova rota

PETROBRAS Os investimentos aumentaram, mas os dividendos ainda são excessivos

POR CARLOS DRUMMOND

A alta do preço do petróleo no exterior, em consequência do acirramento dos conflitos no Oriente Médio, impulsionou a cotação das ações da Petrobras na terça-feira 13, com avanço das ordinárias em 2,79% e das preferenciais em 2,27%, desempenho que ajudou o Ibovespa a fechar no positivo pelo quinto pregão consecutivo. Além da valorização internacional da *commodity*, impressionou a rapidez da absorção da notícia do prejuízo da companhia, de 2,6 bilhões de reais no segundo trimestre, anunciado cinco dias antes. O desempenho na Bolsa deixou para trás o alarido de *sites* de investimento e das contas de influenciadores de direita nas redes sociais, que reagiram como se o resultado negativo da companhia fosse uma evidência do fracasso da sua gestão pelo Estado, e, portanto, um motivo para privatizá-la, meta permanente desses grupos.

O prejuízo foi, porém, um efeito calculado pela companhia, estratégia bastante comum no meio empresarial quando seus controladores decidem dar ênfase a outros objetivos, além daquele de maximizar os lucros. Na condição de sociedade de economia mista sob controle do Estado, a Petrobras decidiu pagar uma dívida tributária à União, ato que reduz o lucro no curto prazo, mas ajuda o governo a fechar a conta fiscal. O balanço foi afetado também pela oscilação do dólar no período.

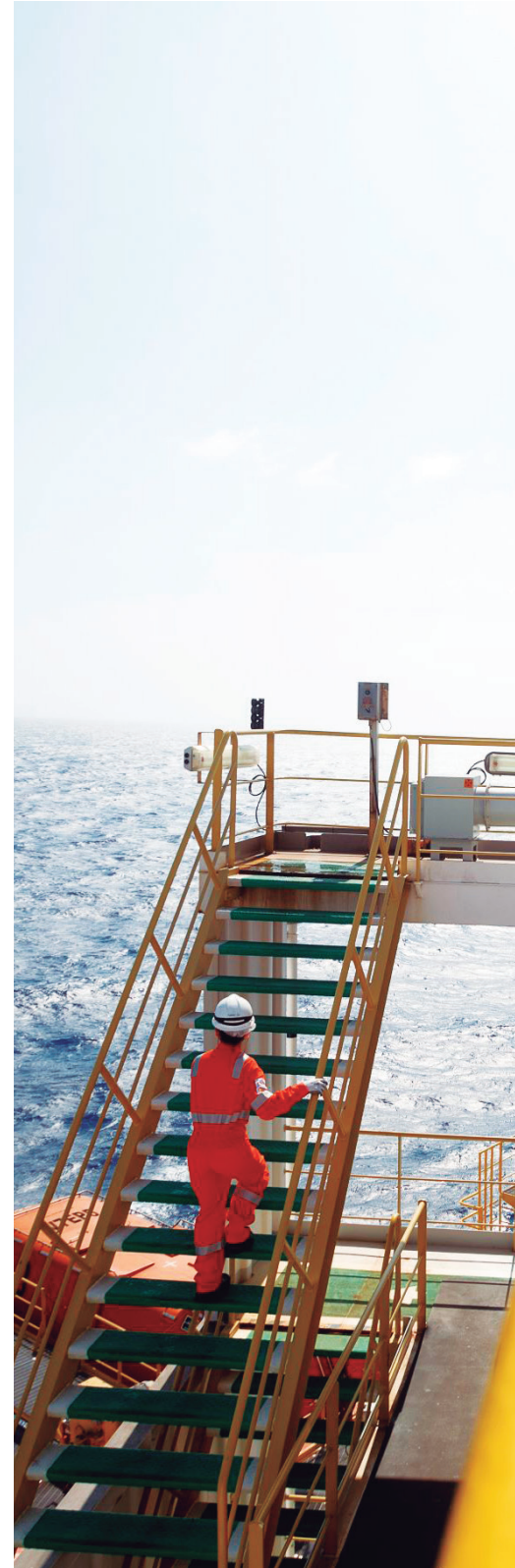
"Os resultados operacionais foram sólidos e ocorreram dentro do esperado. Eventos não recorrentes, como o acordo tributário com o Ministério da Fazenda, que trouxe vantagens expressivas para a empresa e para a União, e a marcante volatilidade cambial no período, sem efeito no caixa nem no patrimônio da companhia, impactaram a contabilidade interna da empresa, afetando também o resultado do trimestre", detalhou a presidente da empresa, Magda Chambriard, em comunicado à imprensa.

O acordo mencionado pela executiva foi fechado em junho, quando o Conselho de Administração da empresa aprovou o pagamento de 19,8 bilhões de reais mediante acordo de transação tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com um desconto de 65% sobre a dívida original, de 44,8 bilhões de reais. A decisão encerrou litígios da

> O recente prejuízo atiçou a sanha dos privatistas, mas a forte geração de caixa é o fato mais relevante

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 36

Memória. Delfim Netto defendia um equilíbrio entre a voz das urnas e o poder do mercado

Sem susto. "Os resultados operacionais foram sólidos e ocorreram dentro do esperado", afirma Magda Chambriard

companhia com o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), relacionados à tributação de remessas ao exterior para pagar afretamento de embarcações. A negociação permitiu à estatal obter desconto significativo em uma questão com pequena probabilidade de vitória na Justiça, e também possibilitou à Fazenda uma receita adicional que favorece o cumprimento das metas fiscais. Segundo a Petrobras, o acordo trouxe também maior previsibilidade para o dispêndio de recursos pela companhia e evitou custos financeiros com a manutenção de garantias judiciais e outras despesas processuais.

A informação mais importante do balanço do bimestre não foi, porém, o prejuízo que atiçou a sanha de rentistas e privatistas, mas o fato de que a Petrobras teve forte geração de caixa, de 47,2 bilhões de reais, superior àquela obtida no primeiro trimestre do ano. A geração de caixa, ou, na linguagem contábil, o fluxo de caixa operacional, é um dos in-

ARQUIVO/AGÊNCIA PETROBRAS

dicadores mais importantes de uma empresa, por demonstrar sua capacidade de gerar recursos a partir de suas operações regulares. O lucro antes do pagamento de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, *na sigla em inglês*), que é outro indicador muito utilizado pelos analistas de investimentos, totalizou 49,7 bilhões de reais.

No mesmo período, a dívida bruta da Petrobras apresentou queda de 2,2 bilhões de dólares, o equivalente a 3,6%, em comparação ao trimestre anterior, com um saldo de 59,6 bilhões de dólares. A dívida financeira diminuiu em 1,4 bilhão de dólares, o equivalente a 5,1%, para 26,3 bilhões de dólares, o menor nível desde 2008. Outro exemplo da maior sintonia da Petrobras com a política econômica do governo em relação à administração anterior da companhia, com benefícios mútuos, cabe ressaltar, é o impulso em direção ao aumento da produção interna de petróleo e gás, que possibilita reduzir as importações de combustíveis e ajuda a elevar o já expressivo saldo comercial do País, além de contribuir para o desenvolvimento de toda a economia industrial local ligada à produção interna de derivados de petróleo.

"Com bom fluxo de caixa e dívida baixa," sublinhou Chambriard, "estamos investindo na nossa produção de petróleo, gás e derivados, na reposição de reservas e na transição energética, de modo a garantir a sustentabilidade da Petrobras no longo prazo. Nossa maior prioridade é construir o caminho para que a Petrobras das próximas décadas continue sendo tão ou mais relevante quanto a Petrobras de hoje para o Brasil."

Os investimentos no segundo trimestre totalizaram 3,4 bilhões de dólares, com foco principalmente em grandes projetos do pré-sal. Nos primeiros seis meses do ano, eles somaram 6,4 bilhões de dólares, em um aumento de 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Após a divulgação do balanço trimestral, além das reações negativas apontadas acima, ergueu-se também, mais uma vez, o clamor pelo pagamento dos dividendos extraordinários, tornados regra na gestão anterior da companhia. Mas a empresa deixou claro, na fala do diretor-financeiro, Fernando Melgarejo, em teleconferência com as instituições financeiras, que a distribuição excepcional de dividendos "depende da capacidade de geração de caixa futuro e também da situação do caixa presente da empresa, em relação às condições de financiamento dos investimentos no plano estratégico". Isto é, apenas se houver caixa superior ao necessário para fazer os investimentos necessários à expansão da produção e do refino é que se fará a distribuição de dividendos extraordinários.

Além das questões ligadas ao balanço contábil do trimestre, chamou atenção o

Visão. A empresa aposta na transição energética. A produção de petróleo, gás e derivados visa a reposição de reservas

ARQUIVO/AGÊNCIA PETROBRAS E ISTOCKPHOTO

resultado positivo da conta-petróleo do Brasil, que é a diferença entre as exportações e importações de petróleo, derivados e gás natural. Alcançou 16,4 bilhões de dólares no primeiro semestre, de acordo com dados da ANP. Um resultado no qual a Petrobras tem peso determinante. O número significa aumento de 32,7% diante do mesmo período de 2023.

O resultado da conta-petróleo de 2023, de 24,7 bilhões de dólares, somado ao registrado neste ano até junho de 2024, totaliza 41,2 bilhões, 82% do total obtido em todo o governo Bolsonaro, quando chegou a 50,2 bilhões. A diferença é resultado do aumento na produção e na exportação de petróleo e derivados e da redução na importação de derivados.

É importante lembrar que a companhia, até 2023, passava por acelerado processo de venda de partes importantes da sua estrutura produtiva, a exemplo da distribuição e de parte do refino, e o governo anterior não escondia o objetivo de privatizá-la. Caso isso ocorresse, o proprietário privado provavelmente cuidaria de ocultar ao menos parte do lucro em um paraíso fiscal, para não o submeter à tributação.

Como isso não aconteceu, as operações da Petrobras "seguem contribuindo fortemente para a sociedade brasileira", conforme destacou o relatório do segundo trimestre. Nesse período, a companhia pagou 70 bilhões de reais em tributos à União, aos estados e aos municípios, 24% a mais do que no segundo trimestre de 2023. Além disso, foram pagos 14 bilhões em dividendos ao grupo de controle, isto é, a União, totalizando "expressivos 84 bilhões de reais de retorno direto à sociedade referentes somente ao segundo semestre", destaca o documento.

Cabe ressaltar ainda que a fala de Melgarejo sobre a prioridade da situação do caixa da empresa e da necessidade de realizar investimentos, em relação à possibilidade de distribuir dividendos extraordinários, marca uma mudança de rumo importante também na relação com os investidores minoritários. Com esse critério, a empresa estabelece limites para o atendimento ao interesse dos acionistas privados em relação aos cobiçadíssimos dividendos extraordinários, que são eventuais.

> O resultado trimestral foi impactado pelo pagamento de um acordo para saldar uma dívida tributária

No começo do ano, a disputa por 43,9 bilhões de reais em dividendos extraordinários colocou o sistema financeiro, acionistas privados e imprensa em pé de guerra contra o governo. Após uma crise que envolveu vários ministérios e só foi resolvida com a intervenção de Lula, o então presidente da companhia, Jean Paul Prates, foi substituído por Chambriard e decidiu-se que metade daquela bolada seria distribuída aos acionistas, e o restante direcionado a investimentos destinados a recuperar a capacidade produtiva dinamitada nos governos Temer e Bolsonaro.

Apesar da melhora em relação ao que ocorria no governo anterior, a distribuição de dividendos continua a sacrificar investimentos, segundo o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Felipe Coutinho. Em 2021 e 2022, a relação entre os dividendos pagos e o investimento líquido foi de 804%, observa. Nos resultados consolidados de 2023 e do primeiro semestre de 2024 foi de 232,63% e 215,52%, respectivamente, enquanto entre 2005 e 2020 foi de 12,7%, em termos médios. "Ou seja, a relação entre o pagamento de dividendos e o investimento líquido no primeiro semestre de 2024 foi 18 vezes mais alta, se comparada com a média de 2005 a 2020."

O presidente da Aepet acrescenta: "No primeiro semestre de 2024, a Petrobras, apesar de ter receita menor que Exxon Mobil, Shell, Total, BP e Chevron, entre as seis empresas, pagou o maior montante em dividendos. Além disso, foi a petrolífera que realizou o menor investimento líquido, sendo de apenas 58% em relação à média das demais". •

Homenagem ao amigo Delfim

HISTÓRIA Ele reconheceu a importância das instituições que buscam equilibrar a voz das urnas e o poder do mercado

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

No momento de sua morte, sinto-me no dever de recomendar o livro de Antônio Delfim Netto, *O Mercado e a Urna*. São 150 páginas dedicadas a explicar as relações entre a lógica econômica do capitalismo e as aspirações dos cidadãos à autonomia diante das esferas do poder e do dinheiro e a uma vida boa e decente. Alguém poderia sugerir – e não estaria errado – se dissesse que, nos momentos de transformação, a luta política vai escolher as normas e os valores que, afinal, vão presidir os nossos destinos coletivos e individuais.

O professor Delfim Netto e eu divergimos muito no passado, pois no tempo da ditadura militar estivemos em campos opostos. Nos tempos de hoje, depois da anistia que nos concedemos mutuamente, mantivemos um diálogo afetuoso (ainda que às vezes dissonante) sobre as questões econômicas, brasileiras e internacionais. Em suas colunas na mídia – sobretudo em *CartaCapital* –, mas também em suas aulas e palestras, Delfim aderiu plenamente à ideia de que a democracia é fundamental para corrigir os desmandos do mercado. Democracia no sentido mais amplo, com inclusão social e diminuição da desigualdade econômica. Por isso, ele diz que o único instrumento para corrigir as desigualdades sociais são as urnas. Despido de partidarismos, Delfim transformou-se juntamente com o Brasil. Prosseguiu sua vida como homem público, muito influente tanto na opinião conservadora quanto na de esquerda. Ele dizia no passado que era socialista fabiano.

Em tempos recentes, Delfim, Guido Mantega, Walter Appel e o escriba destas mal traçadas sustentamos conversações semanais a distância. Entre os temas tratados, lembro-me bem, cuidamos de discorrer a respeito do Iluminismo, momento da história da humanidade que nos legou uma modernidade que avança de forma contraditória, impulsionada pela tensão permanente entre as forças e os valores da concorrência capitalista e os anseios de realização da autonomia de um indivíduo integrado responsavelmente na sociedade. Do ponto de vista ético, esse conflito se desenvolve entre a dimensão utilitarista da sociabilidade, forjada na indiferença do valor de troca e do dinheiro e os projetos de progresso social que postulam a autonomia do indivíduo, ou seja, reivindicam o direito à singularidade e diferença.

> Apesar das fantasias mercadistas, o acesso ao clube dos bem nutridos é cada vez mais difícil

Em artigos publicados em nossa *CartaCapital* nos idos de 2008 e 2013, em sua peculiar ironia, Delfim deplorava o mandonismo dos mercados financeiros em seus propósitos de comandar a economia, a política e a vida dos cidadãos.

"As vigarices financeiras reveladas pelos *subprimes* foram: **1.** Feitas debaixo do nariz das agências oficiais controladoras. **2.** Ignoradas pelas fajutas agências classificadoras de risco. **3.** Produtos da incapacidade de os Bancos Centrais saberem como incorporar os preços dos ativos nas suas formuletas de controle da inflação. Descobertas, estabeleceram a desconfiança geral: cada agente sabe o que escondeu no seu balanço, mas não sabe o que o outro tem escondido...

"O malfeito, que se imaginava não seria tolerado após as dramáticas lições da Grande Depressão dos anos 30, ressurgiu com força na última década do século XX e na primeira década do século XXI, quando os mercados se deixaram dominar pelas finanças.

"A História mostra com clareza: com o tempo, os sistemas financeiros tomam conta não apenas do setor produtivo, como do próprio sistema político, elegem seus representantes e organizam maiorias parlamentares que sustentam o Poder. Prova disso foi o domínio do Congresso americano, tornado incapaz de decidir as medidas destinadas a controlar o sistema financeiro.

"Todas têm aprovação muito difícil e, depois, não se realizam. Os sistemas financeiros tomam conta não apenas do setor produtivo, mas do próprio sistema políti-

Despido de partidarismos, Delfim transformou-se junto com o Brasil

MARCOS MÉNDEZ/CARTACAPITAL

co: eles elegem seus representantes e organizam as maiorias que sustentam o Poder."

Os acontecimentos recentes mostram, que, apesar das fantasias mercadistas, o acesso ao almejado título de sócio do clube dos bem nutridos torna-se cada vez mais difícil. Mesmo nos países adiantados cresce o número de cidadãos e cidadãs que não concordam com a mão única que pretendem impor às suas vidas. A sensação entre as classes não proprietárias é de que, de uns tempos a esta parte, aumentou a insegurança. Além do desemprego crônico e endêmico, os que continuam empregados assistem ao encolhimento das oportunidades de um emprego estável e bem remunerado. Não bastasse isso, estão sob constante ameaça de definhamento as instituições do Estado do Bem Estar, que ao longo das últimas décadas vinham assegurando, nos países desenvolvidos, direitos sociais e econômicos aos grupos mais frágeis da sociedade.

Tal sensação de insegurança é o resultado da invasão, em todas as esferas da vida, das normas da mercantilização e da concorrência, como critérios dominantes da integração e do reconhecimento social. Nos países em que os sistemas de proteção contra os frequentes "acidentes" ou falhas do mercado são parciais ou estão em franca regressão, a insegurança assume formas ameaçadoras para o convívio social. A expansão da informalidade e da precarização das relações de trabalho – e a desagregação familiar que as acompanha – tendem a avançar para a criminalidade eventual e, depois, para o crime organizado. Os subsistemas socioeconômicos que vivem da atividade criminosa ou ilegal passam a ocupar o espaço deixado pelo desaparecimento das oportunidades de vida antes oferecidas pela economia "oficial".

O século XX terminou os seus dias com um cabedal de certezas menos imponente do que a herança que teria recebido do século XIX. Mas é bom não esquecer que foi também um período dedicado à luta pelos direitos sociais e econômicos, pela convivência e da pertinência cívicas consolidadas na construção de instituições que, como vislumbrou Delfim, buscam equilibrar a voz das urnas e o poder do mercado.

Na Rota da Seda?

DIÁLOGOS CAPITAIS Em evento promovido por *CartaCapital*, Lula cogita adesão do País ao megaprojeto de infraestrutura da China

POR LEONARDO MIAZZO

"Os chineses querem discutir conosco a Rota da Seda, vamos discutir. Não vamos fechar os olhos, vamos decidir o que tem para nós", afirmou Lula na abertura de um seminário promovido por *CartaCapital*, na quarta-feira 14, em Brasília. Com a declaração, o presidente sinaliza que o Brasil pode aderir ao gigantesco projeto de infraestrutura articulado pela China, e formalmente batizado de "Iniciativa Cinturão e Rota".

Os contratos da nova Rota da Seda alcançam a impressionante cifra de 2 trilhões de dólares. Ao todo, cerca de 150 países entraram formalmente na iniciativa ou manifestaram interesse de participar dela. O tema estará na pauta da visita que o líder chinês, Xi Jinping, fará ao Brasil em novembro.

A indicação de Lula sobre o megaprojeto de Pequim ocorreu durante o fórum "Um Projeto de Brasil", novo ciclo de debates da série Diálogos Capitais, destinado a debater a integração nacional e sul-americana e os caminhos para uma transição energética justa e inclusiva. Realizado na sede da Confederação Nacional da Indústria, o evento também marca os 30 anos da revista *CartaCapital*, recém-completados no início de agosto.

As relações entre Brasil e China ocuparam posição de destaque no debate, por razões evidentes: em 2023, o comércio bilateral atingiu o patamar histórico de 157,5 bilhões de dólares. As exportações para o gigante asiático chegaram a 105,7 bilhões de dólares, alta de 16,5% em relação ao ano anterior. O valor é cerca de três vezes superior às vendas do Brasil para os EUA, nosso segundo maior parceiro comercial.

Ao defender as obras das Rotas de Integração Sul-Americana, previstas no novo Programa de Aceleração do Crescimento, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ter o objetivo de facilitar a venda de produtos brasileiros e a compra de itens de vizinhos. Mas o plano, segundo ela, também passa por aproximar o Brasil da China por meio do Pacífico.

As cinco rotas abrangem diretamente os 11 estados que fazem fronteira com países da América do Sul. Elas envolvem cerca de 200 projetos, a incluir rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. "Quando falamos de acesso à China pelo Pacífico, podemos diminuir em até 10 mil quilômetros a distância", afirmou Tebet no primeiro painel do evento. "Podemos

Integração. Ricardo Alban, da CNI, Lula e Manuela Carta abriram o seminário. Simone Tebet, Luciana Servo, Morgan Doyle e Luiz Augusto Neves discutiram as novas rotas comerciais para o Pacífico

WASHINGTON COSTA/MPO E MATEUS BONOMI

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC E MATEUS BONOMI

Energia. Alexandre Silveira defendeu a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Ramon Haddad listou motivos para apostar na transição ecológica

executar esses projetos sem comprometer a tal responsabilidade fiscal. Todas as obras necessárias estão previstas no PAC."

O avanço das rotas de integração coincide com o aniversário de 50 anos das relações diplomáticas sino-brasileiras, reatadas em 1974. Para Luiz Augusto de Castro Neves, presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, Pequim é "um absorvedor imenso" da produção brasileira. "O grande desafio que temos é o da competitividade, de ter uma visão estratégica do que devem ser as nossas relações comerciais com a China."

O processo de integração com outros países pode levar a uma "nova configuração do desenvolvimento nacional", impulsionando a economia, sem descuidar da sustentabilidade e da inclusão social, avalia Luciana Serva, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, responsável por produzir estudos para subsidiar os projetos de integração regional.

Além dos recursos do Orçamento Federal, as obras de integração no território brasileiro poderão contar, pelos cálculos do governo, com financiamentos que somam 50 bilhões de reais, provenientes do BNDES, do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fonplata, este abastecido com recursos de cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Representante do BID no Brasil, Morgan Doyle observou que, além de participar do financiamento dos projetos, o banco deve contribuir com a *expertise* para estruturar as rotas comerciais. "Além da integração física, é importante destacar a promoção do comércio como fator central", diz. "Essa região tem muito a oferecer aos mercados globais, que desejam não só energia, mas produtos ímpares que oferece, por exemplo, a Amazônia."

A preservação da Floresta Amazônica e do meio ambiente em geral também foi destaque da mesa de encerramento, com um debate sobre os desafios para promover uma transição energética justa e inclusiva. Não há uma visão única a respeito do que significa a busca por fontes limpas de energia, nem mesmo no governo federal. Desde o ano passado, uma das principais discussões envolve o possível estudo de novos campos de petróleo na chamada Margem Equatorial, do Rio Grande do Norte ao Amapá.

Um dos principais defensores da exploração na região é o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enquanto ambientalistas apontam riscos ao ecossistema marinho e ao sensível bioma amazônico. O Ibama negou a primeira solicitação da Petrobras para perfurar um poço a cerca de 500 quilômetros da Foz do Rio Amazonas. A empresa apresentou um segundo pedido, ainda sob análise.

"Não podemos deixar de conhecer as nossas potencialidades da Margem Equatorial, respeitando dentro da mais rigorosa determinação da nossa legislação ambiental, mas sem extremismo ambiental ou ideológico", opinou Silveira. "Com bom senso, sentando na mesa, buscando caminhos."

O ministro acrescenta que, enquanto o mundo demandar combustíveis fósseis, o Brasil não pode abrir mão de explorar es-

se mercado, até para conseguir os vultosos recursos necessários para financiar os projetos do Plano de Transformação Ecológica. "Ninguém consegue dizer em quanto tempo a gente vai ficar livre dessa fonte energética", resume. "A Petrobras não tem sequer um índice de acidente em exploração de águas profundas."

No ano passado, o País produziu, em média, 3,4 milhões de barris de petróleo por dia, 12,57% a mais que em 2022. Segundo Viviana Coelho, gerente-executiva de Mudança Climática da Petrobras, o mundo consumirá menos petróleo, mas descobrir novas fronteiras é um passo necessário até para reduzir a produção. "Na ausência de investimento em fronteiras exploratórias, você terá um decréscimo da produção a zero após algumas décadas", adverte. "O mundo vai consumir menos petróleo, mas hoje a Petrobras tem uma parte significativa da sua produção para exportação. Por que abriríamos mão dessa receita? Ou por que importaríamos esse recurso?"

Ramon Haddad, vice-presidente da State Grid Brazil Holding, disse haver dois motivos principais para focar na transição ecológica: ter uma energia mais limpa, sob o ponto de vista da descarbonização, e gerar uma energia renovável também para as próximas gerações. Atualmente, o grupo chinês controla 24 concessionárias de energia no País (são 19 próprias e cinco *joint ventures*).

O seminário discutiu a integração regional e caminhos para uma transição energética justa e inclusiva

Já Luiz de Mendonça, CEO da Acelen Renováveis, chamou atenção para a dificuldade internacional de encontrar matérias-primas para o processo de transição energética, o que coloca o Brasil em situação privilegiada. Uma das metas da empresa é entrar de vez no mercado de combustível renovável para aviação. "Produzir querosene sustentável de aviação é fácil, mas encontrar matéria-prima é difícil. Aí entra o Brasil, ninguém tem o que a gente tem", observou Mendonça, a apostar no cultivo da macaúba, árvore frutífera nativa com grande potencial na produção de biocombustíveis. Controladora da antiga Refinaria Landulpho Alves, de Mataripe, a Acelen responde por 15% do parque de refino no País e pertence ao fundo global de gestão de ativos Mubadala Capital, com sede em Abu Dabi.

Com a discussão de temas fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, *CartaCapital* celebra seus 30 anos e apresenta mais uma prova de seu compromisso com a democracia, o jornalismo de qualidade e o futuro do País. "Temos a confiança de que o Brasil será melhor amanhã do que hoje: mais próspero, mais justo, mais orgulhoso de si mesmo", afirmou Manuela Carta, *publisher* de *CartaCapital*. Na abertura do evento, Lula ressaltou a importância da revista e prestou homenagem a Mino Carta, nosso diretor de redação, definido pelo presidente como "o mais importante jornalista vivo e em atividade do País".

O ciclo de debates "Um projeto de Brasil" conta com o patrocínio da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Digitais Eletrônicos (Abragames), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), do Banco do Brasil, da Petrobras e do Conselho Nacional do Sesi. •

Visões. O petróleo ainda é uma realidade, ressalta Coelho. O CEO da Acelen aposta no mercado de biocombustíveis para aviação

Lobos na sala

TheObserver A ameaça extremista foi ignorada durante demasiado tempo pelos políticos britânicos

POR SARA KHAN*

Os violentos tumultos que irromperam em pelo menos 21 cidades britânicas mergulharam o Reino Unido em uma crise nacional. Ainda é cedo para avaliar o impacto das últimas duas semanas, incluindo as ramificações sociais e econômicas mais amplas. Incêndios criminosos em hotéis que abrigam requerentes de asilo; ataques a casas, carros, empresas e mesquitas; agressões a cidadãos comuns e à polícia; escritórios de advocacia e teatros forçados a fechar; depredação de túmulos muçulmanos; e danos à reputação internacional do país são algumas das consequências. Tudo isso enquanto as famílias de Bebe, Alice e Elsie, mortalmente feridas a faca no ataque em Southport, sofrem uma dor insuportável.

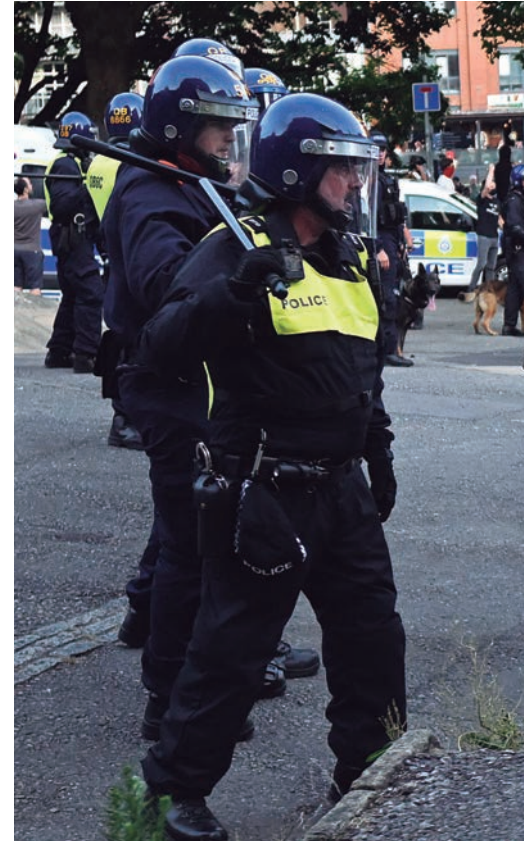
Essa destruição insensata e o total desrespeito às comunidades é hedionda e um ataque ao país e a uma sociedade livre. Embora existam problemas, tanto reais quanto aparentes, não pode haver qualquer justificativa para tal comportamento.

O debate sobre as causas dos tumultos persistirá, e com razão, mas um fator que não pode ser ignorado é o papel dos líderes de organizações de extrema-direita que, há anos, exploram cinicamente as tensões e os incidentes. Com a disseminação de desinformação e teorias da conspiração, esses agitadores têm espalhado de modo persistente propaganda extremista, na tentativa de radicalizar e recrutar pessoas para sua causa perigosa, com a esperança de popularizar sua ideologia e mudar a "janela de Overton" – o leque de políticas que as pessoas se dispõem a aceitar em determinado momento. Embora cuidadosos para não infringir as leis antiterrorismo, eles têm estado na vanguarda da incitação ao ódio contra minorias britânicas, incluindo muçulmanos e judeus, mas também requerentes de asilo e refugiados.

Isso foi evidenciado em meus relatórios oficiais. O extremismo evoluiu substancialmente na última década. Os avanços tecnológicos, a falta de regulamentação das plataformas *online*, o uso de táticas sofisticadas e a ausên-

Após as violentas manifestações da extrema-direita contra imigrantes, atos antirracistas se multiplicaram pelo Reino Unido

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 46

EUA. Com Kamala despontando na dianteira das pesquisas, onda de otimismo contagia os democratas

Omissão. Os sinais de alerta estavam piscando há algum tempo, mas o governo preferiu ignorar os grupos radicalizados

cia de legislação que impeça sua atividade perigosa são algumas das razões. Os sinais de alerta estavam piscando há algum tempo e, ainda assim, o último governo não construiu a abordagem estratégica necessária para evitar tais ameaças. É imperativo que o novo governo retifique essas falhas políticas crônicas.

Isso inclui publicar uma muito necessária estratégia de combate ao extremismo; atualizar a estratégia contra os crimes de ódio, atrasada desde 2020; abordar lacunas na legislação e a falta de infraestrutura operacional, conforme descrito em meu relatório de 2021, *Operating with Impunity* (*Atuando com Impunidade*), coescrito com Mark Rowley; garantir que a Lei de Segurança Online aborde a propaganda extremista, parte da qual está sendo vista milhões de vezes porque é classificada como “legal, mas prejudicial”; publicar um código de práticas e um sistema de classificação para teorias de conspiração extremistas e desinformação, para ajudar a orientar a Ofcom (agência reguladora das indústrias de comunicações) e as plataformas *online*. Essas medidas podem ser implementadas ao mesmo tempo que protegem a liberdade de expressão legal.

Minha análise deste ano sobre ameaças à coesão social e à resiliência democrática destacou a ausência de uma estratégia eficaz de coesão social, ferramenta vital para identificar e prevenir riscos sociais. Também há lacunas na capacidade analítica do governo britânico: não temos uma estrutura abrangente para avaliar o estado de coesão em todo o país. Por exemplo, quais são os fatores de risco que tornam uma área mais

JUSTIN TALLES/AFP E BENJAMIN CREMEL/AFP

Terrorismo interno. Elsie Stancombe, de 7 anos, Bebe King, de 6, e Alice Aguiar, de 9, foram mortas em um ataque a faca

suscetível ao extremismo e os fatores de proteção que apoiam a resiliência da comunidade ao extremismo?

Alguns dados fornecem pistas. Pesquisas sobre os tumultos ingleses de 2011 sugerem que uma forte coesão comunitária, uma identidade compartilhada, o orgulho comunitário e o interesse por sua vizinhança impediram ou contiveram as pessoas de se revoltar em suas áreas; análises destacaram que 71% dos tumultos ocorreram em áreas classificadas entre as 10% piores em coesão social. A falta de pertencimento, de autoestima, senso de equidade e participação democrática em comunidades que enfrentam dificuldades econômicas também podem criar condições para que narrativas extremistas se estabeleçam.

A literatura acadêmica demonstra que, onde a coesão social é baixa, grupos decepcionados podem adotar teorias de desinformação e conspiração. O apoio e o engajamento em teorias conspiratórias têm sido associados à falta de confiança no sistema político e ao desligamento da democracia, e são frequentemente associados a segmentos da sociedade que se sentem impotentes e enganados. Dados de séries temporais mostram que, nas últimas quatro décadas, o Reino Unido experimentou uma confiança cada vez menor no governo e no Parlamento, nos partidos políticos e na imprensa – um clima que pode oferecer terreno fértil para extremistas. Portanto, o desafio enfrentado pelo novo governo trabalhista não pode ser ignorado. Esses tumultos terríveis e a confiança desgastada em nosso modelo democrático mostram que ignorar áreas de políticas de longo prazo, como a coesão social, tornou-se insustentável.

Imigrantes. O ex-*premier* Rishi Sunak deu continuidade à politica de deportar solicitantes de refúgio para Ruanda

É preciso adotar uma abordagem coerente contra todas as formas de extremismo

O governo britânico pode começar considerando as recomendações em minhas resenhas. Ele também deve empenhar-se em uma análise dos tumultos para ajudar a entender suas causas e fornecer respostas para perguntas como por que algumas cidades não explodiram em tumultos ou violência, enquanto outras o fizeram?

A falta de engajamento significativo com comunidades brancas descontentes e carentes deveria ter sido resolvida há muito tempo. O governo deve promover uma narrativa factual da imigração e abordar preocupações reais sobre o impacto que altos níveis de imigração estão tendo nos recursos locais. Essa foi uma questão que todas as autoridades locais com que falei compartilharam comigo.

Da mesma forma, devemos condenar a ideia de que os tumultos foram causados por uma "falha de integração e multiculturalismo". Isso alimenta a desilusão entre algumas minorias étnicas que, embora vivendo com medo, também tiveram de suportar essa narrativa errônea e intolerante que os culpava pelos tumultos. Enquanto alguns contramanifestantes muçulmanos se envolveram em crimes e foram condenados com razão, foram perpetradores brancos que instigaram os tumultos, com seus nomes e rostos publicados após a sentença.

Finalmente, nossos políticos devem adotar uma abordagem coerente para todas as formas de extremismo. Ao longo de minha carreira, vi alguns políticos trabalhistas dispostos a abordar o extremismo de direita, mas ignorarem a ameaça do extremismo islâmico. Por outro lado, também testemunhei alguns políticos conservadores falando apenas sobre o extremismo islâmico, fechando os olhos para o extremismo de direita.

Essa incoerência nada faz para preservar a coesão social ou combater o extremismo e, como mostra uma pesquisa recente do YouGov, 52% e 47% dos britânicos veem os extremistas islâmicos e os extremistas de direita, respectivamente, como "uma grande ameaça". É fácil tomar como garantida, no Reino Unido, uma sociedade plural e coesa. Ameaças antigas e novas continuam a minar a nossa capacidade de viver bem juntos, mas não temos estratégias necessárias para evitar isso. O problema deve ser resolvido agora.

**Dame Sara Khan foi comissária de combate ao extremismo de 2018 a 2021 e conselheira independente do governo para coesão social e resiliência de 2021 a 2024.*

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

SIMON WALKER/HM TREASURY, ARQUIVO/AFP E REDES SOCIAIS

Rindo à toa

TheObserver Após a entrada de Kamala Harris na corrida presidencial, uma onda de otimismo contagia os democratas. Os dias felizes realmente voltaram?

POR MICHAEL COHEN

Em 1932, no auge da Grande Depressão, o candidato democrata à Presidência dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, adotou o mote *Happy Days Are Here Again* (Os Dias Felizes Estão Aqui Novamente, *em tradução literal*) em sua canção de campanha. Com letra otimista, a melodia falava da esperança em um futuro melhor com um novo ocupante da Casa Branca. Durante anos, foi o hino não oficial do Partido Democrata, antes de desaparecer na obscuridade. Hoje, os democratas talvez não tenham redescoberto a música, mas certamente estão abraçando seu espírito.

Desde que Joe Biden se retirou da corrida presidencial de 2024, os democratas viraram suas carrancas coletivas pelo avesso e abraçaram a candidatura da vice-presidente Kamala Harris com um fervor e entusiasmo que não víamos deste lado do Atlântico desde os dias inebriantes da histórica candidatura de Barack Obama à Casa Branca em 2008. Não é difícil entender essa mudança de comportamento. Eles passaram da crença de uma derrota eleitoral certa para a crescente sensação de que os norte-americanos podem eleger sua primeira presidente mulher. Por mais aterrorizada que esteja grande parte da Europa com a perspectiva de mais um mandato de Donald Trump, o medo entre os democratas é muito maior.

Biden é há muito tempo uma figura querida no Partido Democrata – um homem cujas retidão e empatia se destacaram no mundo de desconfiança da política americana. No entanto, sua vitória na eleição de 2020 deveu-se a uma explicação mais simples: os democratas estavam desesperados para expulsar Trump da Casa Branca. O fato de Biden ter chegado ao topo do partido foi um reconhecimento de suas habilidades políticas, mas também havia a crença predominante de que ele era o candidato mais bem posicionado para derrotar Trump. Foi por isso que 2020 registrou o maior comparecimento eleitoral da história recente dos EUA, com 17 milhões de norte-americanos a mais votando do que quatro anos antes.

Durante boa parte de 2024, os democratas foram consumidos pelo medo de que Trump retornasse à Casa Branca e trouxesse o caos, a disfunção e a mentalidade autoritária de seus primeiros quatro anos no cargo. Com Biden empatado ou atrás de Trump nas pesquisas, os democratas estavam retorcendo as mãos, mas sem entrar em pânico.

> **Em uma semana, ela arrecadou 200 milhões de dólares e ganhou mais de 170 mil voluntários em sua campanha**

Então, em 27 de junho, Trump encontrou-se com Biden no palco para o primeiro debate presidencial, e as coisas não foram bem. Biden tropeçou nas palavras e pareceu muito desgastado por seus 81 anos. Temores de que o presidente estivesse velho demais para ganhar um segundo mandato, amplamente reprimidos pelos democratas, borbulharam na superfície. Durante três semanas o partido entrou em modo de colapso total, com muitos convencidos de que Biden estava fadado à derrota. Em meados de julho, ficou claro que ele havia perdido a confiança do partido, e Biden sabiamente abandonou a corrida.

A explosão de emoção que saudou a ascensão de Harris à cabeça da chapa foi mais do que apenas entusiasmo sobre a sua candidatura. Em uma tarde, os democratas passaram das profundezas do desespero sobre outro mandato de Trump para o extremo otimismo de que os dias felizes estavam de volta. Em uma semana, Harris arrecadou a impressionante soma de 200 milhões de dólares e ganhou mais de 170 mil voluntários na campanha.

Certamente, parte dessa empolgação teve algo a ver com Harris, que é uma candidata muito diferente daquela que fracassou quando concorreu à Casa Branca em 2019. Impulsionada pela onda de apoio à sua candidatura, a vice-presidente trouxe leveza e alegria à campanha eleitoral, em contraste com a postura sisuda de Trump e de seu companheiro de chapa, J.D. Vance. O fato de ter adicionado um piadista meio caipira à sua chapa, o governador de Minnesota, Tim Walz, só aumentou o seu apelo. Seus comícios barulhentos e lotados trouxeram uma excitação à política do Partido Democrata que não se via há anos.

ELIJAH NOUVELAGE/AFP

Se for eleita, ela será a primeira presidenta da história estadunidense – e apenas a segunda pessoa preta – a ganhar o cargo mais alto do país. Então, não deveria causar surpresa que Harris tenha rapidamente revertido os problemas incômodos de Biden com os eleitores negros. Mas o impacto sobre as mulheres americanas pode ser uma das dinâmicas mais interessantes da próxima campanha.

Quando Hillary Clinton perdeu a eleição de 2016, a derrota foi um resultado devastador para muitas mulheres. Não é surpresa que o primeiro grande protesto da vitória de Trump tenha ocorrido no dia seguinte à sua posse, na chamada Marcha das Mulheres, que atraiu quase 5 milhões de manifestantes.

Em 2018, passei as semanas antes da primeira eleição de meio de mandato após a vitória de Trump nos subúrbios de Memphis, no Tennessee, com mulheres indo de porta em porta para divulgar candidatos democratas. Todas elas me falaram sobre a raiva cortante, a frustração e o desamparo que sentiram assistindo às suas tevês na noite da eleição de 2016, quando perceberam que Clinton tinha perdido para um misógino maluco.

Algumas dessas mulheres votaram em Clinton e outras permaneceram em casa, mas todas ficaram tão amarguradas com a derrota dela que isso as transformou, praticamente da noite para o dia, em ativistas políticas, mesmo em um dos estados mais republicanos. O que testemunhei em primeira mão no Tennessee foi replicado em todo o país nos últimos oito anos.

Pesquisas. Ainda que por margem estreita, a vice-presidente desponta na dianteira em colégios eleitorais decisivos

Mulheres suburbanas estiveram na vanguarda das vitórias eleitorais do Partido Democrata em 2018, 2020 e 2022. Não é difícil imaginar que, para muitas, a oportunidade de votar em Harris seria uma oportunidade de corrigir o erro cometido contra Clinton e, ao mesmo tempo, oferecer um toque de finados adequado à carreira política de Donald Trump.

Se isso acontecer, os democratas poderão ver-se novamente cantarolando *Happy Days Are Here Again*... pelos próximos quatro anos. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Resposta ao tempo

MÚSICA Aos 88 e 84 anos, respectivamente, as cantoras Alaíde Costa e Áurea Martins vivem agora o auge de suas carreiras

POR AUGUSTO DINIZ

O recém-lançado *E o Tempo Agora Quer Voar* (2024), de Alaíde Costa, é o segundo álbum da trilogia iniciada com *O Que Meus Calos Dizem Sobre Mim* (2022). Ambos trazem composições feitas especialmente para a cantora.

"Tem umas músicas realmente bem diferentes daquilo que eu cantava", diz Alaíde, em entrevista a *CartaCapital*, por telefone, comparando esses volumes a outros, anteriores. "Mas meu estilo continua o mesmo. Não mudei minha forma de cantar."

Os dois trabalhos de Alaíde Costa, produzidos por Emicida, Pupillo e Marcus Preto – um terceiro está previsto para sair em 2026 –, reúnem músicas de autores consagrados, como Caetano Veloso, Nando Reis, Fátima Guedes, Ivan Lins, João Bosco, Erasmo Carlos (1941-2022) e Ronaldo Bastos.

A marca do projeto é a excelência dos arranjos, que buscam valorizar a talhada voz da artista com 70 anos de carreira e 88 de vida. "Gente que admiro mandou música para eu gravar", diz ela, que se vê como se vivesse, nos últimos tempos, o auge de sua trajetória.

Algo semelhante acontece com sua colega de ofício Áurea Martins que, aos 84 anos, também vive o melhor momento na música. Após *Senhora das Folhas* (2022) e *Áurea Martins e João Senise Celebram Sinatra & Jobim* (2023), a intérprete está concluindo um disco com o compositor e pianista Cristóvão Bastos.

"Não me considero uma cantora de bossa nova nem de samba. Meu gênero preferido é o samba-canção. Minha maior gratidão é a noite. Se não fosse ela, eu não seria a Áurea", afirma em entrevista, também por telefone, a *CartaCapital*.

Senhora das Folhas caminha por canções ligadas às rezas e crenças. A impecável seleção de músicas em torno do tema foi realizada por Renata Grecco, diretora artística do álbum. "Nunca tinha feito homenagem aos meus ancestrais", diz Áurea.

Mais de dois anos depois do lançamento, a cantora segue fazendo shows do disco, que chegou a ser indicado na categoria de Melhor Álbum de Raízes em Língua Portuguesa do Grammy Latino de 2022.

> "Gostaria que se lembrassem de mim como alguém que comeu o pão que o diabo amassou. Pelo menos, chegou nossa hora", diz Alaíde

O fato é que os álbuns recentes de Alaíde Costa e Áurea Marins propiciaram o reconhecimento mais amplo, e tardio, de carreiras há muito tempo consolidadas.

Para citar apenas um trabalho de cada intérprete, os discos *Coração* (1976), de Alaíde, com produção musical de Milton Nascimento, e *O Amor em Paz* (1972), de Áurea, com o Tamba Trio, são grandiosos. E uma marca que ambas têm em comum é a coerência.

"Não achei graça nenhuma quando me propuserem cantar *Serenata do Adeus* (Vinicius de Moraes) em ritmo de iê-iê-iê", diz Alaíde, relembrando um episódio da década de 1960 que, vira e mexe, menciona em entrevistas. "Paguei um preço bem caro por não fazer concessão. Fiquei muito tempo sem gravar."

Pouco antes, a cantora participara dos famosos encontros dos quais emergiu a bossa nova. Mas, ao contrário do que aconteceu com seus colegas de roda de violão, quase todos músicos nascidos na privilegiada Zona Sul do Rio de Janeiro, ela não alcançou projeção internacional.

"Teve preconceito racial. Excluíram a gente", diz, sem meias-palavras, Áurea Martins, que conheceu Alaíde Costa quando ambas faziam parte do *cast* de cantores da Rádio Nacional, no começo dos anos 1960. "Considero eu e Alaíde muito fortes. O que a gente aguentou não foi mole."

SÉRGIO CADDAH E DARYAN DORNELLES

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52

Infância e internet. Por que *A Geração Ansiosa* virou um *best-seller* instantâneo

A fala de Alaíde ecoa a da colega. "Gostaria que se lembrassem de mim como alguém que comeu o pão que o diabo amassou", enfatiza, para em seguida mencionar Áurea. "Ela está começando a ser reconhecida agora, depois de tanto batalhar. Assim como eu, ela cantou muito na noite para sobreviver – fez isso até mais do que eu. Não desistir de seu sonho é muito bom. Pelo menos chegou a nossa hora."

Vozes da noite. Os álbuns recentes das cariocas Alaíde (*à esq.*) e Áurea (*abaixo*) consolidaram o reconhecimento mais amplo, ainda que tardio, de carreiras há muito consolidadas

Áurea conta que começou a prestar atenção nas interpretações da colega no rádio com as músicas do Johnny Alf, antes mesmo de tê-la conhecido pessoalmente: "Fiquei apaixonada". Cantor, compositor, pianista e um dos poucos músicos admirados por Tom Jobim, Johnny Alf (1929-2010), que era negro, também sofreu preconceito.

Embora tenha tido grande importância na bossa nova, ele é pouco lembrado na história da música brasileira. O disco *E o Tempo Agora Quer Voar* é dedicado a ele. "Gostaria demais que ele ainda estivesse aqui. Foi uma pena não ter sido reconhecido quando merecia", diz Alaíde.

Áurea, por sua vez, tem um formato de show dedicado a Alf que, volta e meia, retorna aos palcos: "Trabalhei muito abrindo seus shows. Ele morou na minha casa quase dois anos. Tenho admiração por ele desde que eu era *crooner* de subúrbio".

Alaíde e Áurea se apresentaram juntas em algumas ocasiões, mas foi numa turnê em homenagem a Elizeth Cardoso, *Elizethíssima*, iniciada em 2014, que fizeram mais sucesso em dupla. Uma coisa que as alegra, além do reconhecimento, é o fato de haver, na plateia dos shows, um público jovem.

"Está bem diferente do que acontecia antes", diz Alaíde, como se desse a deixa para Áurea: "Acho muito legal isso de a gente influenciar os mais jovens". Além de grandes cantoras, as duas são hoje exemplo de resistência e vitalidade. •

Um filme e muitos desejos

CINEMA Com *Motel Destino*, concorrente à Palma de Ouro, em Cannes, Karim Aïnouz ambiciona atingir um público mais amplo

POR AMANDA QUEIRÓS

Já faz um tempo que o cinema de gênero ronda a filmografia de Karim Aïnouz. Em *A Vida Invisível* (2019), o diretor experimentou pela primeira vez o melodrama e, com ele, conquistou o prêmio da mostra Um Certo Olhar do Festival de Cannes.

Em *Motel Destino*, que chega às salas brasileiras na quinta-feira 22 depois de ter passado pela Mostra Competitiva do mesmo festival francês, a aposta é no cinema *noir*. No entanto, a abordagem vista na tela subverte qualquer expectativa estabelecida por esse cânone.

O novo filme de Aïnouz é uma antítese dos suspenses policiais clássicos. Nele, o jogo de sombras provocado pelo uso do preto e branco e o forte mergulho psicológico nos protagonistas dão lugar a cores quentes e uma narrativa conduzida, acima de tudo, pelo desejo carnal. No cenário, saem as paisagens nórdicas e entra o vibrante litoral de Beberibe, praia cearense onde o diretor, na infância e na adolescência, costumava passar as férias com a família.

"Queria fazer um filme popular, em que os espectadores não dormissem", diz, enfatizando sua vontade de extrapolar o cinema de nicho. "Tentei fazer um filme febril, com interpretações grandiosas, que flertam com o exagero. *Motel Destino* nasce do meu desejo de provar que dá para fazer um cinema com marca autoral que também seja comercial."

A vontade de se comunicar de forma direta levou-o a fazer, em suas próprias palavras, seu trabalho "mais careta" no aspecto formal, com o andamento e os pontos de virada pregados pelos manuais de roteiro. A originalidade está no jeito de

Jogo de sombras. Marcado por um forte erotismo, o longa-metragem, rodado em uma praia do Ceará, terra natal do diretor, estreia nos cinemas brasileiros na quinta-feira 22

contar a história de personagens que, assim como em outras produções do diretor, são movidos por um turbilhão interno.

Quem guia a trama é o jovem Heraldo (Iago Xavier), foragido após perder o irmão em uma emboscada. Ele se refugia no motel que dá nome ao filme, conduzido pelo casal Dayana (Nataly Rocha) e Elias (Fábio Assunção), onde passa a executar serviços gerais em troca de abrigo e proteção. Dia após dia, embalado pelos gemidos dos clientes do lugar, o trio estabelece uma relação movida a tesão e tensão.

Órfão, sem família ou alguém a quem recorrer, Heraldo quer migrar para São Paulo em busca de seu lugar no mundo. Aprisionada no estabelecimento por conta do machismo do marido, Day sonha em ser livre. Com a cumplicidade de quem foi machucado pela vida, os dois iniciam um tórrido caso às escondidas de Elias.

O erotismo é, portanto, uma constante durante a projeção, o que gerou desconforto em parte da crítica de Cannes. "Isso é ultrajante. O elemento erótico é vital. A morte é que deveria ser incômoda", diz o cineasta. Ele compara o encontro dos personagens à técnica japonesa de *kintsugi*, por meio da qual cerâmicas quebradas são recuperadas a partir da colagem de seus pedaços com ouro, realçando suas fissuras, mas devolvendo seu uso. "Os dois são corpos fraturados. É como se, a partir do contato físico, eles se fundissem e virassem uma bomba para se salvar", diz.

As faíscas provocadas pelo contato da pele suada dos atores se espalham por todas as cenas, explodindo nos radiantes néons do motel e no brilho caloroso das imagens externas. Para conquistar esse efeito, Aïnouz encarou desafios logísticos e rodou tudo com película.

"Fizemos um teste com a fotografia digital e ficou tudo amarelado. Ela não foi construída para luzes altas como a do sol do Ceará, que é branca e arde", explica. "Queria muito representar essa sensação não só no sentido psicológico, mas no visual e no narrativo."

> "Queria fazer um filme popular, em que os espectadores não dormissem", brinca o realizador

Essa vibração reflete o ambiente de euforia estabelecido nas filmagens. Parte da equipe foi formada por cearenses. A maioria é de jovens ligados à escola Porto Iracema das Artes, mantida pelo governo estadual, e na qual Aïnouz coordena um projeto de formação de roteiro.

"Nunca tive um *set* com tanta gente tatuada e de *short*. É uma nova geração, com diversidade sexual e étnica, que foi privada de muitas coisas por conta do governo Bolsonaro e da pandemia", afirma. O clima o contagiou com a mesma pulsão de vida que o filme retrata. "Acho que nunca fui tão feliz fazendo um filme."

O projeto de *Motel Destino* foi aprovado em uma seleção da Agência Nacional do Cinema (Ancine) em 2018, mas o repasse dos recursos só foi feito quatro anos depois. A euforia com o retorno de Lula à Presidência do Brasil também está impregnada na produção, que marca a volta profissional do diretor à sua terra natal dez anos após *Praia do Futuro* (2014).

O trabalho consolida ainda um caminho buscado pelo diretor desde que trocou Fortaleza por Berlim para viver de cinema. "Passei por uma espécie de construção da autoestima e entendi que a gente tem valor. Por que não podemos quebrar uma série de preconceitos com o nosso próprio cinema?", questiona.

A experiência fez tão bem que ele não vê a hora de filmar novamente no Ceará. Em setembro, Aïnouz roda na Europa *Rosebushpruning*, com Kristen Stewart, Elle Fanning e Josh O'Connor no elenco.

Mas, na sequência, retoma três novos projetos inspirados em seu mais novo lançamento: os longas-metragens *Lana Jaguaribe*, uma história de vingança que inverte os gêneros ao colocar uma mulher como pistoleira, e o *western Trevo de Quatro Navalhas*, ambientado no sertão, além de uma série com histórias de pessoas que passam pelo *Motel Destino*. •

REDES SOCIAIS E INFLAMÁVEL/GULLANE

Contra a infância hiperconectada

The Observer A *Geração Ansiosa*, de Jonathan Haidt, está há 18 semanas na lista de *best-sellers* do *New York Times*

POR JOHN NAUGHTON

Jonathan Haidt tem uma missão. Em seu trabalho diário, ele é professor de Ética na Escola de Administração Stern da Universidade de Nova York. Fora do meio acadêmico é um ativista esforçado.

Sua missão é alertar as pessoas sobre os danos que as redes sociais e a forma contemporânea de criar filhos estão causando às crianças. Em seu último livro, *A Geração Ansiosa – Como a Infância Hiperconectada Está Causando Uma Epidemia de Transtornos Mentais* (recém-lançado no Brasil pela Companhia das Letras), ele não faz rodeios.

Para o jornal *The New York Times*, a obra é "uma cruzada erudita, envolvente e combativa", o que muito provavelmente explique por que está na lista dos mais vendidos de não ficção do jornal há 16 semanas.

Haidt escreve sobre uma "onda gigante" de doenças mentais e angústia a partir de 2012. As meninas adolescentes são, de acordo com ele, as mais atingidas, mas os meninos também sofrem, assim como os jovens mais velhos.

O pesquisador enxerga dois fatores por trás desse fenômeno. O primeiro é o declínio da infância baseada em brincadeiras, provocado por pais excessivamente ansiosos, que dão aos filhos menos oportunidades de brincar sem supervisão e restringem seus movimentos.

Isso se traduz em infâncias de baixo risco, nas quais as crianças não têm a oportunidade de cometer erros e aprender com eles. O segundo fator é a onipresença dos *smartphones* e seus inúmeros aplicativos de redes sociais. O resultado, neste caso, é a "grande reprogramação da infância" à qual Haidt se refere e uma epidemia de doenças mentais e angústia.

A GERAÇÃO ANSIOSA

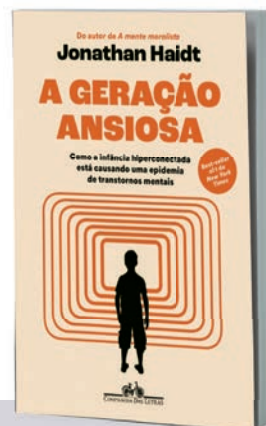
Jonathan Haidt. Tradução: Lígia Azevedo. Companhia das Letras (440 págs., 74,90 reais)

As prescrições de Haidt para esses males incluem proibir *smartphones* nas escolas e dar mais independência às crianças. Ele sugere que os pais devem aprender com a visão sensível da psicóloga Alison Gopnik. Ela, no livro *O Jardineiro e o Carpinteiro*, afirma que os pais devem pensar em si mesmos como "jardineiros" – interessados em cultivo, crescimento e desenvolvimento – em vez de atuarem como "carpinteiros" – que buscam controlar, projetar e moldar seus filhos.

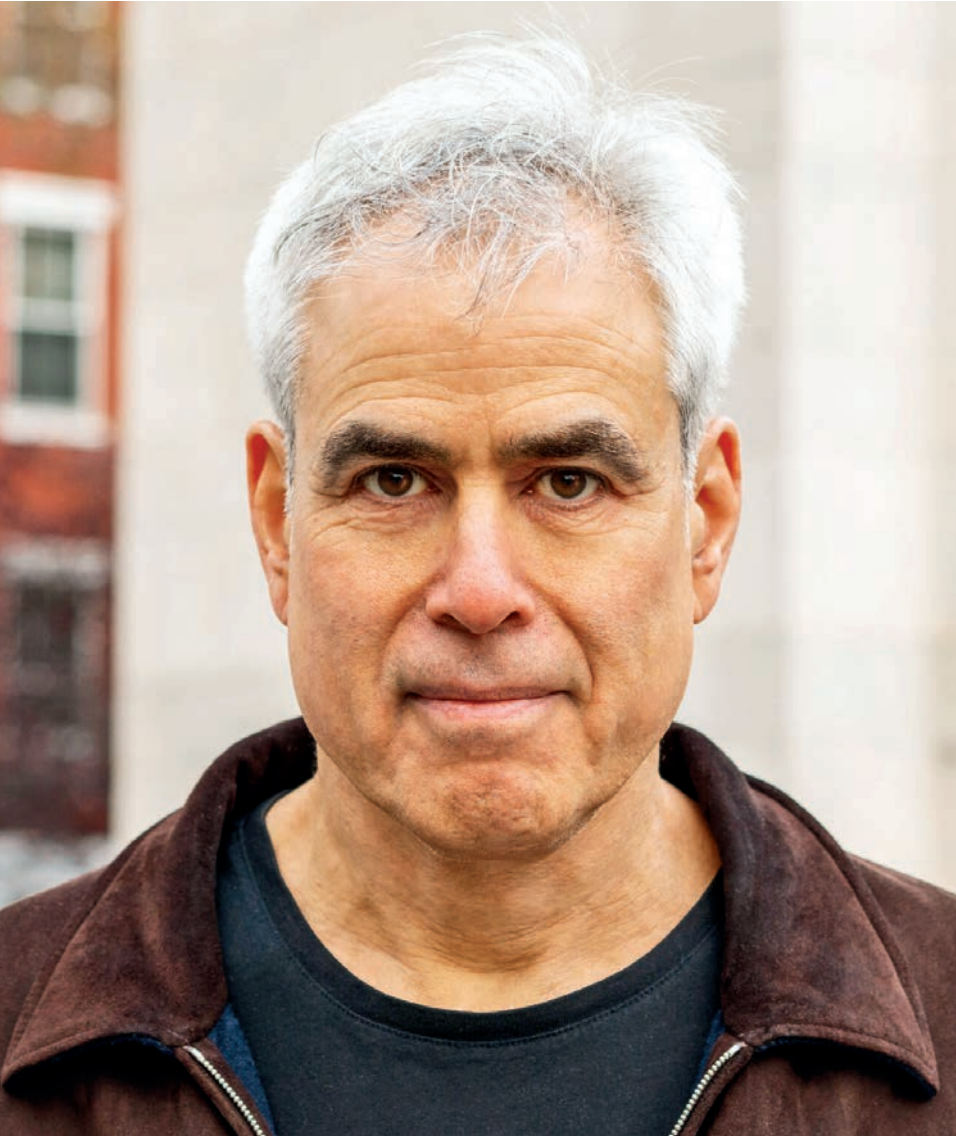
As enormes vendas de *A Geração Ansiosa* sugerem que as pessoas têm prestado atenção no que ele prega – pelo menos, no que diz respeito à questão do controle do telefone.

Aqui e ali, as escolas começam a proibir *smartphones*. Os jovens ricos que chegarem ao Eton College, em Windsor, no Reino Unido, no próximo período letivo serão obrigados a entregar seus iPhones 15 Pro e contentar-se com Nokias antiquados que só podem fazer ligações e trocar mensagens de texto. E para onde o Eton vai, outros estabelecimentos de alto nível também devem ir. Poucos acadêmicos americanos causam esse tipo de impacto.

Mas aqui reside o enigma: os colegas do professor Haidt estão profundamente descrentes de suas evidências de que as redes sociais estão na origem da epidemia de doenças mentais entre adolescentes.

Ao analisar seu livro na revista *Nature*, Candice Odgers, uma importante especialista americana na relação entre as redes sociais e a saúde mental dos adolescentes, escreveu: "A sugestão repetida no livro de que as tecnologias digitais estão reprogramando o cérebro de nossas crianças e causando uma epidemia de doenças mentais não é apoiada pela ciência. Pior, a ousada proposição de que as redes sociais são as culpadas pode nos desviar de uma reação efetiva às causas reais da

JAYNE RIEW

Ativista. Haidt é alvo de algumas críticas, mas nenhuma capaz de desmontar sua teoria a respeito das causas do aumento de transtornos mentais em crianças e adolescentes

A missão do autor é alertar os pais sobre os danos que o modelo atual de criação tem causado

atual crise de saúde mental em jovens".

As queixas dos críticos de Haidt concentram-se em duas categorias. A primeira é que grande parte da pesquisa sobre a qual ele constrói seu pensamento tem deficiências metodológicas, no sentido de que não atende aos padrões da pesquisa científica sobre fatores causais. Em outras palavras, não é exatamente ciência.

A segunda crítica é que o fenômeno descrito pode ser o que se costumava chamar de "problema do Primeiro Mundo", ou seja, essa crise seria vivenciada, essencialmente, por garotas adolescentes de sociedades ricas, individualistas e seculares, menos ligadas às comunidades.

Essa crítica parece ser sustentada por um estudo sobre o impacto causado pelo Facebook no bem-estar de quase 1 milhão de indivíduos de 2008 a 2019, em 72 países. O estudo não encontrou "qualquer evidência sugerindo que a penetração global da rede social esteja associada a danos psicológicos generalizados".

Essas questões metodológicas são, porém, triviais, diante da magnitude dos problemas apresentados pelas redes sociais. Você, afinal de contas, não precisa ser um estatístico para saber que, digamos, o Instagram é tóxico para algumas adolescentes – supostamente, muitas.

Desde as revelações da engenheira Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, temos a clareza de que a própria rede criada por Mark Zuckerberg sabia que 13% das adolescentes britânicas disseram que seus pensamentos suicidas se tornaram mais frequentes depois de terem começado a usar o Instagram.

E os próprios pesquisadores da empresa descobriram que 32% das adolescentes disseram que, quando se sentiam mal com seus corpos, o Instagram as fazia sentir-se pior.

Essas descobertas quase certamente não atendem aos exigentes padrões das melhores pesquisas científicas, mas dizem o que precisamos saber: que uma corporação que lucra explorando jovens dessa maneira é uma face inaceitável do capitalismo digital.

Então, talvez, o que os críticos de Haidt devam lembrar é que, como observou um sábio certa vez, a ausência de evidência não é evidência de ausência. •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

Desiguais por vontade de Deus

LIVROS João Fragoso retorna ao Concílio de Trento e à escravidão em busca das raízes da hierarquização da ordem social

POR PAULO CEZAR SOARES

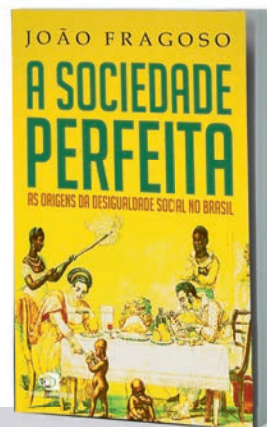
Diante das mazelas do País – desigualdade social, excesso de burocracia, corrupção e violência –, é comum que nos perguntemos como chegamos a tudo isso. O estudo da história é, sem dúvida, um caminho para a compreensão das estruturas econômicas e sociais do passado que serviram de base aos contextos atuais.

A Sociedade Perfeita – As Origens da Desigualdade Social no Brasil revela, com apuro técnico e ampla bibliografia, as origens do perfil desta nossa sociedade, onde grassa a desigualdade social.

O autor do livro é o renomado historiador e professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro João Fragoso, um dos mais importantes pesquisadores do passado colonial brasileiro, ganhador de vários prêmios – entre eles, o Jabuti Ciências Humanas, pela coleção *O Brasil Colonial* (2014), que coordenou com Maria de Fátima Gouvêa.

Logo na introdução, o autor faz um alerta: ele não está tratando do Brasil contemporâneo, seja o urbano e industrial, seja o do agronegócio. Seu estudo se debruça sobre uma época em que as "desigualdades sociais e políticas eram explicadas pelo pensamento cristão medieval e entendidas por todos como fatos imutáveis do destino". Ou seja, as desigualdades sociais eram aceitas como fatalidade, como vontade de Deus.

Tudo isso ganhou mais amplitude com o Concílio de Trento (1565-1563), que se reuniu para realizar mudanças na Igreja ao mesmo tempo que reafirmava seus dogmas.

Fragoso lembra que, entre os séculos XVI e XVIII, nas sociedades que formavam o Ocidente católico, a ordem social era produzida pela Igreja Católica Romana. Entre as ideias difundidas estava a de que a sociedade era naturalmente hierárquica. "Aliás, ela fora criada por um Deus-Pai, onipresente e onipotente", escreve o autor. "Assim, a Igreja Romana referendava a subordinação do camponês diante de seus senhores."

A SOCIEDADE PERFEITA – AS ORIGENS DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

João Fragoso. Editora Contexto (353 págs., 77 reais)

JEAN-BAPTISTE DEBRET

Fragoso observa ainda que, para uma população transformar-se em uma sociedade, é necessário que ela compartilhe uma mesma visão de mundo ou, ao menos, tenha em comum "um conjunto de ferramentas intelectuais que permitam interpretar a sociedade e a natureza de modo semelhante". E, na Europa Ocidental, durante muito tempo, a visão

de mundo hegemônica foi produzida, disseminada e perpetuada pelas instituições cristãs – principalmente, pela Igreja Católica Romana.

Sequelas. Ao recuperar o passado colonial, retratado acima por Debret, o historiador nos ajuda a entender o hoje

Essa ideia de uma sociedade caracterizada pela hierarquia social era compartilhada por todos: da aristocracia até o último dos camponeses e escravos. Todos entendiam o mundo assim. Esse arcabouço nos remete ao tema da instrumentalização da religião, um processo antigo que levou à solidificação das desigualdades sociais.

O autor lembra também que o mundo sem escravismo é uma experiência recente da humanidade e frisa que, no Brasil, "talvez sejamos apenas a quarta ou quinta geração sem conviver com ele". Na avaliação de Fragoso, se a escravidão acabou em 1888 e suas sequelas ainda não foram superadas, a razão disso deve ser procurada nas ações das gerações que viveram a partir do fim do século XIX. Essas gerações produziram ou recriaram as práticas de desigualdade social do Brasil pós-abolição.

Embora *Sociedade Perfeita* trate do passado, ao fim da leitura do livro estamos, certamente, muito mais aptos a compreender a realidade que nos cerca hoje. •

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

Em **Os Vulneráveis** (Instante, 176 págs., 74,90 reais), nono romance da norte-americana Sigrid Nunez, frases e personagens de outros autores são como um fio a alinhavar os pensamentos da narradora: uma escritora nova-iorquina lidando com os primeiros dias do confinamento pandêmico.

Nos ensaios de **Um Pequeno Demônio na América** (WMF Martins Fontes, 432 págs., 84,90 reais), Hanif Abdurraqib, poeta forjado no *slam*, usa suas palavras ritmadas para celebrar a cultura negra dos EUA. "Tenho pensado sobre invisibilidade, hoje e sempre", diz, como que a emoldurar o volume.

É por meio de uma edição com cara de cordel e páginas brancas e cor-de-rosa intercaladas que a José Olympio relança **Romances de Cordel** (104 págs., 69,90 reais), que reúne textos produzidos por Ferreira Gullar no Centro de Cultura Popular, na década de 1960.

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000

Uma doença cabulosa

▶ A queixa mais comum da Covid longa, hoje mais bem compreendida, talvez seja: "Não sou mais a mesma pessoa"

Covid é doença cabulosa, ouvi de um homem preso.

Gostei da expressão. De fato, é uma doença de muitas faces: pode ser assintomática, descoberta só porque a pessoa fez o teste. Pode dar sintomas frustros ou jogar o doente na cama sem forças para reagir ou mesmo levá-lo até uma UTI, num quadro de insuficiência respiratória aguda que o torna dependente de oxigênio administrado sob pressão.

Na maioria das vezes, a recuperação ocorre em alguns dias, mas há quem apresente sintomas persistentes por meses ou anos, condição que foi chamada de Covid longa pela primeira vez em maio de 2020.

Embora haja várias definições, uma das mais aceitas é a de que os sintomas devem durar três meses ou mais, contados a partir da fase aguda. A condição afeta diversos órgãos e sistemas de modo a comprometer suas funções por períodos prolongados.

Na literatura médica existem mais de 170 revisões sistemáticas que cobrem os principais estudos acadêmicos publicados sobre o tema. Apesar de tantas informações, os médicos ainda têm dúvidas a respeito da melhor conduta a ser adotada.

No início da pandemia, os pacientes com queixas que se arrastavam depois da Covid aguda eram vistos com descrédito pelos familiares e pela classe médica. O panorama hoje é outro: conhecemos melhor os mecanismos envolvidos e estamos perto de desenvolver tratamentos que levem em conta os conhecimentos em virologia, imunologia e na fisiopatologia da doença, adquiridos nos últimos anos.

Estimativas da incidência de Covid longa em pacientes não vacinados que foram hospitalizados na fase aguda são altas: variam de 50% a 80%, de acordo com o estudo. Nos que não receberam a vacina, mas não precisaram ser hospitalizados, esse número cai para 10% a 35%. Naqueles vacinados diminui para 8% a 12%.

Essas prevalências variam de acordo com os critérios usados pelos pesquisadores para definir Covid longa. Em todos fica, porém, evidente que a gravidade da doença inicial e a falta de vacina são fatores de risco preponderantes.

A faixa dos 35 aos 65 anos é a mais afetada. A sintomatologia pode persistir por mais tempo do que imaginávamos anos atrás: 71% dos pacientes queixam-se de sintomas com mais de um ano de duração, 51% com mais de dois anos e 31% com três anos ou mais.

Estudos epidemiológicos mostraram que correm mais risco de desenvolver Covid longa: mulheres de 35 a 50 anos, os mais pobres, quem sofre de diabetes tipo 2, alergias, doença pulmonar crônica, asma, fadiga, quadro de fadiga pós-infecção viral, doenças cardíacas, insuficiência renal, pessoas com IMC alto, doença mais grave na fase aguda e quem não foi vacinado.

A fadiga é um dos sintomas mais prevalentes. Muitas vezes vem associada a distúrbios do sono, dores musculares e nas articulações e uma sensação de névoa cerebral que compromete a memória e outras funções cognitivas, como a tomada de decisões diante de situações complexas.

Os problemas respiratórios costumam ser: falta de ar aos pequenos esforços, fôlego curto, chiado, sensação de aperto no peito e de que os pulmões não se expandem como antes, queixas muitas vezes acompanhadas de queimação no tórax.

Os quadros alérgicos podem incluir manchas vermelhas na pele, olhos lacrimejantes, dor de garganta e obstrução nasal. As queixas gastrintestinais incluem náuseas, dificuldade para engolir, flatulência e diarreia crônica. A perda do paladar, especialmente quando associada à de olfato, interfere com a nutrição.

Podem ocorrer queixas de tontura, hipotensão postural e taquicardia ao levantar da cadeira ou da cama. Ansiedade e depressão acompanham os quadros mais sintomáticos. Embora mais comum entre os mais velhos, a sarcopenia (perda de massa muscular) pode acontecer em qualquer idade.

Alteração da função endotelial com aumento do risco de tromboembolia pulmonar, infarto do miocárdio e AVC têm sido atribuídos à ação do vírus na parede interna dos vasos, mas há discordâncias na literatura. Talvez a queixa mais comum seja a de que "não sou mais a mesma pessoa", para caracterizar a dificuldade de executar as tarefas rotineiras do passado.

A recuperação, às vezes, vem seguida de recaídas. A chance de voltar à vida de antes é mais problemática naqueles que tiveram fase aguda mais grave e nos que estão com sintomatologia entre seis meses a dois anos. Embora faltem estudos, há indicativos de que pessoas com queixas que persistem por mais de dois anos têm menor probabilidade de ficar livre delas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

E acabou Paris 2024

▶ A Olimpíada, entre a brutalidade de alguns esportes e a delicadeza de outros, contempla a diversidade da vida e dos seres humanos

Embora atropelados pelo Campeonato Brasileiro e pela movimentação das contratações no início da temporada europeia, não posso deixar de me estender no balanço da Olimpíada Paris 2024.

Os Jogos Olímpicos são, desde o seu início, na Grécia, um marco fundamental do desenvolvimento da humanidade e da busca por congraçamento e fraternidade.

Mesmo nestes tempos em que temos de conviver com as sequelas do neoliberalismo, que atinge o próprio esporte – cada vez mais impactado pela busca por resultados financeiros e pela influência da mídia –, Paris 2024 nos ofereceu dias de esperança.

Vivemos duas semanas mergulhados, quase 24 horas por dia, nas transmissões das disputas de dezenas de modalidades. Não deixa de ser impressionante que o Comitê Olímpico Internacional (COI) consiga garantir, mesmo dentro de todas as limitações do nosso estágio civilizatório, a persistência dos Jogos Olímpicos.

A Olimpíada, expressão da vida moderna em toda sua amplitude, contempla tanto a brutalidade dos esportes violentos quanto a delicadeza e a harmonia do corpo em algumas formas de disputa.

No esporte de alto rendimento, a diversidade da vida e as diferenças humanas – em todos os sentidos – acham-se bem representadas. Os jogos, a cada edição, revelam-se a expressão do viver dos nossos dias. E a incorporação de novas modalidades não deixa ser uma forma de acompanharmos a evolução dos costumes pelo mundo.

Neste ano, foi muito interessante, por exemplo, a presença significativa de uma delegação de refugiados, composta de atletas que, no momento, não têm um país para chamar de seu.

A delegação, formada por pessoas que enfrentam essa grande adversidade que é ter de deixar seu país, geralmente em conflitos bélicos, conseguiu conquistar uma medalha. E, embora os jogos olímpicos sejam marcados, nos pódios, pelas vitórias, as derrotas também os constituem.

Chamou-me a atenção a entrevista de uma *skatista*, para a televisão, que, questionada sobre a influência dos jogos, respondeu: "É grande. Tento tudo, só que na hora eu erro".

Por aqui, a alegria com as conquistas dos nossos atletas é tão grande que parece que fomos campeões do mundo no futebol. É tamanho o número de modalidades em disputa que temos, cada vez mais, a oportunidade de acompanhar os jogos em sua plenitude: vemos gente se despedindo, gente em plena competição e novos ídolos se firmando para garantir o nosso futuro.

É difícil, encerrada a Olimpíada, não ser injusto ao lembrar de alguns nomes em detrimento de outros. Mas dentre os mais citados nas transmissões está Rebeca Andrade, que se tornou, nesta edição, a maior medalhista da história do Brasil. A ginasta conquistou quatro medalhas: uma de ouro, duas de prata e uma de bronze.

Outra que ganhou destaque foi a judoca Beatriz Souza, que garantiu o nosso primeiro ouro. Ela, assim como Rebeca, é uma jovem, em vários sentidos, exuberante. Imediatamente após sua vitória no tatame, Bia, com toda a sua majestade, chorou copiosamente, lembrando a perda recente da avó.

No campo, tivemos, em um extremo, a ausência do futebol masculino e, no outro, a campanha extraordinária da Seleção feminina, que deixou pavimentada a estrada para a realização do próximo Mundial aqui no Brasil. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO, ALEXANDRE LOUREIRO/COB E THIBALD MORITZ/AFP

Exuberantes. A ginasta Rebeca Andrade e a judoca Bia Souza, com seus ouros

SE É BOM PARA A ECONOMIA, COM CERTEZA É ANTIOXIDANTE.
VENES